



# REVISTA MUNICIPAL

ANO XXII — NÚMERO 91 — 4.º TRIMESTRE DE 1961

### PREÇARIO DA REVISTA

Preço avulso .....	12\$50
Números duplos .....	20\$00
Assinatura (por cada série de 4 números) .....	40\$00



### DEPOSITARIO GERAL

Grupo «Amigos de Lisboa» — Largo Trindade Coelho, n.º 9, 1.º  
Telef. 2 57 11



### CORRESPONDÊNCIA

Secção de Propaganda e Turismo da Câmara Municipal de Lisboa  
Praça do Município — Telef. 36 29 51

# REVISTA MUNICIPAL



DIRECTOR

*HENRIQUE MARTINS GOMES*

•

ASSISTENTE GRAFICO

*JOSÉ ESPINHO*

DESENHOS DE

*CARLOS RAFAEL*

*CARLOS RIBEIRO*

*LEONILDO DIAS*

*JOSÉ ESPINHO*

*O. PINTO*

CAPA DE

*JOÃO VELEZ*

*LEONILDO DIAS*



# SUMÁRIO

*O PRESIDENTE DO MUNICÍPIO DE LISBOA VISITOU, DURANTE UMA SEMANA, A ALEMANHA FEDERAL*

*A REPRESENTAÇÃO DE LISBOA NAS CELEBRAÇÕES DO QUARTO CENTENÁRIO DA ELEVACÃO DE MADRID A CAPITAL DE ESPANHA*

*O SENADO DA CÂMARA E OS SEUS PRESIDENTES (CONTINUAÇÃO)  
FERREIRA DE ANDRADE*

*A RESTAURAÇÃO DA ÍNDIA  
JOSÉ ESTEVAM*

*ACONTECIMENTOS CIDADINOS*

*RECORDAÇÕES DE UM VELHO DE BOA MEMÓRIA (1895-1908)  
JOÃO JARDIM DE VILHENA*

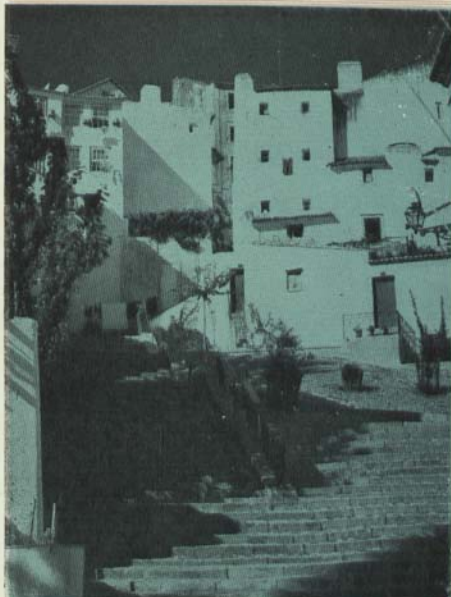
*NORBERTO DE ARAÚJO—FALECEU HA DEZ ANOS, O SAUDOSO OLISIÓGRAFO, AUTOR DE «PEREGRINAÇÕES DE LISBOA»*

*PROBLEMAS DA LISBOA ROMANA—VESTÍGIOS DE UM CAIS OU DE UMA NECRÓPOLE?  
FERNANDO CASTELO-BRANCO*

*O PROGRAMA «ISTO É LISBOA» NA RADIOTELEVISÃO PORTUGUESA*

*ÍNDICE GERAL DA «REVISTA MUNICIPAL»—N.º 88 A 91—ANO DE 1961*

*HORS-TEXTE—PALÁCIO DE SINTRA, VISTO DO SUL*



ALFAMA

FOTO DE JOSÉ ESPINHO



OS ARTIGOS PUBLICADOS  
NA «REVISTA MUNICIPAL»  
SÃO DA RESPONSABILIDADE  
DOS SEUS AUTORES



O PRESIDENTE  
DO MUNICÍPIO  
DE LISBOA  
VISITOU,  
DURANTE  
UMA SEMANA,  
A ALEMANHA  
FEDERAL



RECEÇÃO NA C. M. DE SCHÖNEBERG  
PELO BURGOMESTRE AMREHN

**N**a visita que efectuou à Alemanha, a convite do Governo Federal, de 19 a 26 de Novembro, o sr. brigadeiro França Borges, presidente da Câmara Municipal de Lisboa, foi alvo das maiores atenções, tanto por parte das autoridades estaduais, como pela dos burgomestres das cidades a que se deslocou, com menção especialíssima à de Berlim Ocidental. Essas gentilezas envolveram o nome de Portugal, em provas de alta consideração, e a nossa cidade capital, em numerosas manifestações de simpatia.

Ao deslocar-se ao progressivo país, o responsável pela administração da nossa cidade capital teve em vista verificar as soluções adoptadas na urbanização dos vastos núcleos populacionais — a grande construção e a edificação económica — e a resolução dada aos problemas de trânsito na via pública, sobretudo no respeitante a locais de estacionamento e a processos de sinalização e sua eficiência.

O presidente do Município, que se fez acompanhar do secretário, sr. Vicente Rodrigues, chegou a Dusseldorf na tarde de domingo (dia 19) e foi recebido pelo sr. Zickgraf, escolhido para acompanhante, por designação do Governo Federal. Seguiu, de automóvel, para Bona. Recebido pelo burgomestre, dr. Daniels, no Bathaus, foi, depois, obsequiado com um almoço no Hotel Königshof. Da parte da tarde, esteve no



RECEPÇÃO NA C. M. DE SCHÖNEBERG PELO BURGOMESTRE AMREHN  
— OFERTA DO SINO DA LIBERDADE DE BERLIM

«Weinhaus St. Peter», Ahrtal. À noite, visitou a ópera de Colónia e assistiu à representação de «Weiberlist», de Cimarosa.

Na terça-feira, o sr. brigadeiro França Borges esteve no Ministério da Defesa, em Bona, onde foi recebido pelo Secretário da Defesa Nacional, e voltou, à noite, à ópera de Colónia, para assistir à exibição do «ballet» de Aurel von Milos, em espectáculos coreográficos com músicas de Strawinsky e Bella Bartok. Foi homenageado pelo burgomestre da cidade. A convite do embaixador de Portugal, o presidente do Município de Lisboa esteve no santuário de Maria Laach. O diplomata obsequiou o seu hóspede com um almoço no restaurante St. Peter, a que assistiu o adido militar. Finda a

refeição, o sr. brigadeiro França Borges prosseguiu na visita à região de Colónia. Depois do chá, também oferecido pelo embaixador, tomou o avião para Berlim, onde ficou.

6

O programa da estada na antiga capital da Alemanha, agora dividida em duas zonas, prolongou-se por três dias, de acordo com o estabelecido pelo Senado da cidade.

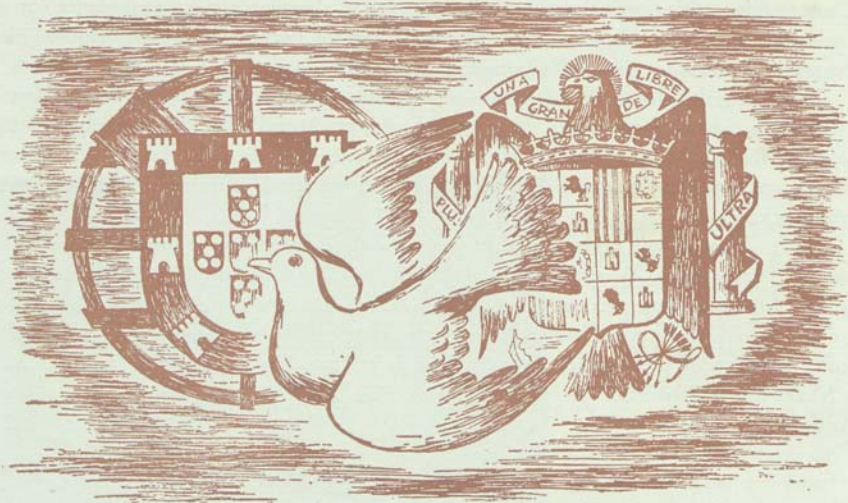
Compreendeu várias cerimónias, visitas e recepções, da qual a mais importante foi a verificada na Municipalidade. O sr. brigadeiro França Borges observou o «muro» de Berlim e visitou o Centro de Refugiados.

Na manhã de sábado, verificou-se a partida para Hamburgo, de avião. Nesta importante cidade, o programa da visita foi organizado pelo Senado Municipal, com recepção na Câmara e outra no consulado de Portugal, onde o sr. brigadeiro França Borges apreciou uma exposição de artigos regionais do nosso país e foi obsequiado com um «cocktail».

A última cidade onde o presidente da edilidade lisboeta se deslocou foi a Francfort. O burgomestre, Werner Bockelmann, recebeu-o e dispensou-lhe provas do maior apreço. O responsável pela administração da lindíssima cidade alemã, que o visitante e o seu secretário Vicente Rodrigues percorreram, positivamente encantados, distinguiu ainda os hóspedes portugueses com um almoço de gala. Foi na pitoresca cidade sobre o Meno que o presidente do Município de Lisboa tomou o avião em que regressou a Portugal.







## **A REPRESENTAÇÃO DE LISBOA**

**NAS CELEBRAÇÕES DO QUARTO CENTENÁRIO  
DA ELEVAÇÃO DE MADRID A CAPITAL DE ESPANHA**

**P**or motivo da celebração do quarto centenário da elevação de Madrid a capital de Espanha, em ciclo festivo a que o «Ayuntamiento» da grande cidade emprestou o maior fulgor, através de actos solenes integrados em programa excepcional, os vínculos de amizade entre Lisboa e o primeiro burgo do país vizinho foram mais uma vez postos em destaque, quer em deferências da mais alta consideração, quer em atenções especialíssimas, quer ainda em afirmações comprovativas de bom e proveitoso entendimento.

Foi no espírito dessa compreensão que o sr. brigadeiro França Borges recebeu convite, transmitido à Câmara Municipal pelo ilustre embaixador de Espanha em Lisboa, para assistir às comemorações, com menção invulgarmente honrosa, tanto para a capital portuguesa, como para aquele oficial e seu representante qualificado. Com o presidente do Município e sua esposa, deslocaram-se a Madrid, constituindo a sua comitiva, os srs. dr. Martins Gomes, director dos Serviços Centrais e Culturais, e Vicente Rodrigues, secretário, acompanhados das esposas. De salientar, ainda, que a presença do sr. brigadeiro França Borges se revestiu de especialíssimo significado — muito honroso

para Portugal e para Lisboa — pelo facto de ser a única do que poderemos chamar não vinculada ao idioma castelhano. Todas as demais obedeciam ao critério da representação de capitais e cidades de países entroncados, pela formação e pela cultura, na nação espanhola.

Do programa de actos solenes, destacamos a visita ao Vale dos Caídos, com missa solene na Basílica, e a peregrinação ao Escorial. No segundo dia, de manhã, os convidados estiveram no Museu do Real Mosteiro das Descalças Reais e foram, depois, a Alcalá de Henares, cidade histórica cheia de tradições da Espanha imperial. À tarde, assistiram a uma corrida de toiros em Guadalajara. Ao princípio da noite, já em Madrid, visitaram a exposição retrospectiva de Goya, após o que assistiram ao jantar oferecido pelo ministro da Governação (Interior). Aos brindes, o sr. brigadeiro França Borges teve ocasião de salientar, em breve discurso, que causou profunda impressão nos convidados, a maneira intransigente como a Espanha e Portugal afirmam resolutamente a decisão de defender os princípios da civilização ocidental, em face dos que duvidam, em face dos que receiam, em face dos que os querem destruir.

Após a cerimónia da entrega das condecorações aos hóspedes da cidade, com os delegados portugueses distinguidos — o dr. Martins Gomes e Vicente Rodrigues com a medalha da cidade de Madrid — seguiram todos para a Plaza Mayor, para assistir à inauguração de melhoramentos introduzidos para a reintegração daquela praça, enquadrada por lindas arcarias e construções setecentistas.

Revestiu-se de pompa excepcional o banquete de gala oferecido no Retiro pelo sr. conde de Mayalde, «alcalde» da capital de Espanha, aos convidados de honra da cidade. O presidente da Câmara Municipal de Lisboa, no seu discurso, referiu-se ao sentido de amizade e às fraternas relações entre Madrid e Lisboa, esta já com seis séculos de existência como capital da Nação Portuguesa. Em certa altura, o sr. brigadeiro França Borges afirmou que a finalidade de qualquer vida se dirigia para uma estrela longínqua, à custa de sacrifícios. Não uma estrela vermelha, portadora de ódio, sangue, opressão e desprezo pela vida e pela família. Havia os princípios morais a ter em conta, que levavam eternidades a definir-se, consolidados sem pressas. Essas conduziam a uma estrela branca, cintilante, justa, boa e tolerante — numa palavra, cristã.

O brinde do sr. brigadeiro França Borges deu motivo a saudações pessoais e especiais das altas individualidades presentes, entre as quais ministros, embaixadores, como os do Brasil e Portugal, «alcaldes» das grandes cidades espanholas e figuras representativas da cidade de Madrid.

O último dia das comemorações foi ocupado por demorada visita a Toledo, com reunião na famosa praça Zocodover. E a noite derradeira aproveitaram-na os convidados para retribuir ao conde de Mayalde as gentilezas recebidas. As representações portuguesa, da América espanhola e da Espanha ofereceram um banquete ao «alcalde» de Madrid e a sua esposa, condessa de Mayalde, o qual decorreu com brilho excepcional.



# O SENADO DA CÂMARA E OS SEUS PRESIDENTES

*(Continuação do número anterior)*

D. FRANCISCO DE SOUSA

1688-1702

Longo foi o período da gerência de D. Francisco de Sousa. Estendeu-se, com três consecutivas reconduções, de 11 de Novembro de 1688 a princípio de 1702.

10 Figura das mais destacadas no seu tempo, erudito e político conceituado, D. Francisco de Sousa ocupa lugar especial na galeria extensa dos presidentes da Câmara de Lisboa. São concordes os genealogistas que a ele se referem em considerar este fidalgo como um exemplo de homem de Estado, «consultado como oráculo» e «cuja presença inspirava respeito».

Barbosa Machado <sup>(1)</sup> fala-nos da sua extraordinária cultura, dos seus dotes políticos, dos seus conhecimentos de vários idiomas. Caetano de Sousa <sup>(2)</sup>, por seu lado, escreve ter sido D. Francisco «fidalgo de grandes portes, por que nele se uniram todos os que compõem um perfeito corteção, gravidade na pessoa, discreto na conversação, afável no trato, inteiro e bem intencionado; como ministro, independente e desinteressado; nos negócios foi de grande ponderação, porque explicando-se com eloquência, era sucinto de palavras, mas nele penetrava a alma dos negócios, sem fastio dos companheiros». E, depois de nos falar igualmente da sua cultura, acrescenta: «conseguiu universal aplauso na nobreza, de quem eram as suas palavras atendidas com tanta estimação, que dizia um fidalgo moço, muito entendido, que D. Francisco de Sousa era um vulto de quem os moços não fugiam e a nenhum tinham mais respeito».

D. Francisco de Sousa, alcaide-mor do Crato e Belver e Comendador de Santa Maria de Belmonte e de S. Salvador da Infesta, exercia, no ano em que foi designado presidente do Senado, o cargo de Deputado da Junta dos Três Estados, onde servira dezasseis anos.



Antes de traçarmos rápido bosquejo sobre a acção desenvolvida por D. Francisco de Sousa no Município da Capital recordemos que foi este fidalgo quem mandou erguer o palácio dos «Sousas Calharizes», no Largo do Calhariz.

O edifício, um dos mais belos solares lisboetas, continuou durante algumas décadas na posse dos seus descendentes e, entre eles, na do primeiro duque de Palmela. Muitos foram, depois, os seus habitantes; nas suas salas, mais tarde douradas pelos célebres artistas italianos Rambois e Cinotti, instalaram-se a Academia Real de Fortificações (a primeira antecessora da actual Academia Militar), a Câmara Eclesiástica, a Contadoria-Geral das Tropas, o Ministério dos Estrangeiros e, mais tarde, a Liga Naval e o Automóvel Clube de Portugal. Hoje, ampliado, é propriedade da Caixa Geral de Depósitos, que nele instalou a sua sede.

Júlio de Castilho, que desconhecia, por certo, ter D. Francisco de Sousa desempenhado o cargo de presidente do Senado de Lisboa, fala-nos da construção do palácio, baseado nas informações colhidas pelos autores <sup>(3)</sup> das *Memórias Histórico Genealógicas dos Duques Portugueses*. Depois de se referir a algumas das moradias onde, em Lisboa <sup>(4)</sup> habitou esta família Sousa, ascendente dos duques de Palmela, escreve: «Talvez mal contente com a sua casa de Belver, ambicionou D. Francisco de Sousa outra residência, em sítio mais alegre e frequentado; deitou os olhos a um terreno aí perto, enquadrado

---

<sup>(1)</sup> *Biblioteca Lusitana*, Tomo II, pág. 24.

<sup>(2)</sup> *Hist. Gen.*, Tomo X, pág. 489.

<sup>(3)</sup> João Carlos Feio Cardoso e Visconde de Sanches de Baena.

<sup>(4)</sup> *Bairro Alto*, 2.ª edição, Vol. III, pág. 139.

entre a rua direita do Loreto, a do Trombeta e as travessas das Mercês e a da Rosa. Quase todo este terreno e umas *ilhas* anexas foram adquiridas por 18 000 cruzados à Condessa-Baronesa de Alvito.

Não era, decerto, D. Francisco fidalgo de abastados haveres, pois que, para efectuar essa transacção, houve de vender uma casa nobre, de dois andares, que possuía em S. Crispim e, ainda, uma quinta em Tavira.

★

Vendida, mais tarde, como já referimos, a *sumptuosa* habitação de D. Francisco de Sousa, não mais, no entanto, o nome dos seus primeiros habitantes e proprietários deixou de estar vinculado ao local.

Mas não seria de justiça que o próprio nome do culto e activo presidente do Senado fosse perpetuado no largo onde o imóvel se ergue? *Calhariz* é hoje a designação de todo o local, entre a Calçada do Combro e a Rua do Loreto. O largo fronteiro ao edifício, esse sim, poderá recordar-nos o nome de D. Francisco de Sousa.

★

Uma das principais preocupações de D. Pedro II, no desejo de elevar Lisboa ao nível das principais capitais da Europa, foi, sem dúvida, a da iluminação da cidade. Três séculos haviam decorrido desde que D. Fernando<sup>(6)</sup> ordenara que nas ruas se pusessem «candeas açesas pr. toda a noyte en gisa q̄ as Ruas fossem alomeadas».

Em 25 de Outubro de 1689 baixa à Câmara o seguinte decreto<sup>(6)</sup>:

«Por se entender que será de grande utilidade e beneficio publico estarem as ruas desta cidade alumiaadas de noite, assim como estão em outras muitas cortes estrangeiras, para que a gente possa por elas andar com menos encomodos e perigo, evitando-se todos aqueles delitos e inconvenientes a que costuma ser capa a escuridão da noite, sendo por esta mesma causa os de mais difficil prova, o Senado da Camara, considerando os meios pelos quais mais facil e suavemente se poderia conseguir alumiaarem-se as ruas desta cidade de noite, me consultará o que lhe parecer sobre esta materia, a qual lhe hei por muito recomendada.»

Ponderada pela Câmara a resolução régia, D. Francisco de Sousa informa D. Pedro sobre o que a vereação deliberara<sup>(7)</sup>. O documento é curiosíssimo; embora demonstre o desacordo dos vereadores e procuradores, nele ressalta, da parte de alguns, um bom-senso e sentido prático dignos de louvor e, ao mesmo tempo, um cuidado extremo de defenderem os interesses do povo que representavam no Senado. A consulta propunha

(6) 12 de Setembro de 1383.

(6) *Elementos*, etc., Vol. IX, pág. 153.

(7) *Idem*, pág. 156.

ao Rei o lançamento de um imposto sobre o consumo do azeite, que era então, o produto menos onerado. E aqui surge a discordância entre os componentes do Senado. O Dr. António da Costa Novais opinava que o problema se resolveria recomendando-se aos párocos que conservassem acesas as luzes dos oratórios e das cruzes e que todos os transeuntes apanhados de noite sem luzes fossem presos; ao passo que o seu colega Francisco da Fonseca discordava somente no lançamento do imposto sobre o azeite, o qual, em sua opinião, deveria recair sobre a carne ou o vinho, «em que se pode exigir o que basta» para a despesa.

O procurador da cidade, Francisco Pereira de Viveiros, foi de igual modo favorável em não se sobrecarregar o custo do azeite «em consideração de que o povo» estava já «gravado com muitos tributos e a miseria dos tempos o tem reduzido ao aperto das necessidades que quasi todos experimentam».

Mais incisivos na apreciação do decreto régio foram, porém, os quatro mestres. Eis, na sua essência, os pontos capitais dos nove considerandos que formularam: a impossibilidade de um novo imposto, dado que a «miseria comum mais necessita de auxilio que de novas oppressões»; o gasto excessivo do azeite aumentaria ainda mais o seu custo e, «sendo a maior conveniencia das republicas gozarem os mantimentos baratos, não se devia buscar occasião de que encareçam»; Lisboa era uma cidade de poucos recursos em relação às outras cortes da Europa e não seria justo obrigar os «pobres alumiar as ruas, quando nesta corte há muitos, e quase sem número, que em casa se não podem alumiar»; que nas cortes estrangeiras não era «o temor das luzes o que defendia», mas sim «o temor da justiça».

Mas não foram decerto os argumentos da edilidade que calaram na determinação régia e levaram o presidente da Câmara a não mais insistir no problema. O poder absoluto, que abafava muitas das iniciativas municipais — bem mais poderoso que o próprio poder régio — era, sim, a escassez de meios. Paupérrima, a cidade não podia, de facto, custear o elevado dispêndio da conveniente iluminação das ruas da cidade. Lisboa continuaria, assim, mergulhada nas trevas; de onde a onde, a ténue chama das lanternas dos ex-votos e dos cruzeiros recortava-se no negrume das noites. Continuavam a apavorar a cidade os crimes sangrentos, os conflitos mortais e impunes muitos deles.



Mas outro problema de transcendente importância continuava a ocupar a melhor atenção municipal: o da limpeza, intimamente ligado ao da saúde pública.

A Garcia de Melo, como referimos ao esboçar a sua actividade municipal, ficou a cidade devendo forte impulso na manutenção de um serviço que, embora longe de ser perfeito, atenuara bastante os malefícios originados pela falta de hygiene e de salubridade das ruas. Desde então, não mais o Senado deixou de se preocupar com a limpeza da cidade, se não melhorando-a, pelo menos garantindo a continuidade da eficiência dos serviços já montados.

Em 9 de Maio de 1694 a Câmara reconhece, uma vez mais, a importância do problema e solicita ao Rei medidas enérgicas para que nenhum munícipe se eximisse a aceitar o cargo do *superintendente*, isto é, à obrigação de cobrar (dois por cada rua) as contribuições dos moradores para a limpeza das vias públicas.

«A limpeza desta cidade — lê-se no preâmbulo da Consulta — é uma das principais obrigações que incumbem ao governo político deste Senado». Insistentemente a Câmara recorria, de facto, às autoridades seculares e eclesiásticas para obrigarem os moradores da cidade a entregarem o seu contributo. Ao próprio Rei é dado conhecimento, em 14 de Abril de 1696, do «rol das pessoas poderosas que não quiseram pagar a limpeza das ruas do Bairro Alto, e ainda as referentes aos Bairros da Sé, do Rossio e da Mouraria». Nele ressaltam, de facto, os principais nomes da corte.

A Câmara usava de todos os meios legais para obrigar os renitentes devedores, *os poderosos caloteiros*, a entregarem a contribuição, que lhes era imposta. Mas, mesmo assim, como acentua a consulta de 30 de Março de 1702 (\*), «quando por via de execução, ou sem ela, se cobrava parte das contribuições, era dos mais pobres e miseráveis, em quem o poder e o respeito não podiam fazer resistência aos pagamentos e os poderosos, em ludíbrio das leis que os obrigavam pela geral obrigação, não pagavam nem queriam pagar. . . ». E a mesma consulta acrescenta: «porque excogitando-se tantos meios para se estabelecer a cobrança destas contribuições, não teve firmeza alguma na sua duração», o Senado resolveu impetrar ao Rei o lançamento de um adicional, a que deu o nome de *realete da limpeza*, ou muito simplesmente, *realete*. Assim considerou a Câmara como meio mais seguro de arrecadar a verba necessária para a limpeza da cidade (e ainda para a reparação dos caminhos públicos e calçadas extramuros) o lançamento de um novo imposto.

E durante alguns anos este imposto subsistiu.

★

Não se revestiram de notória actividade urbanística os catorze anos de gerência de D. Francisco de Sousa, muito embora — e isto é justo acentuar-se — o interesse sempre manifestado por D. Pedro para engrandecimento da cidade e a sua ascensão ao nível das grandes metrópoles de então.

À margem da simples (e precária) conservação das artérias, continuaram somente as obras da Rua do Ouro, já nesse tempo uma das primeiras da cidade, se não mesmo, como a própria Câmara desejava, «a mais pública e mais principal» (\*).

(\*) *Elementos*, vol. X, pág. 101.

(\*) *Elementos*, vol. IX, págs. 337 e 367.

Igualmente não se registaram quaisquer melhorias no problema número um da cidade: o abastecimento de água. Já ao falarmos da gerência de João Furtado de Mendonça se aludiu aos estudos então feitos para dotar Lisboa do caudal de água indispensável ao seu abastecimento. De então até ao ano primeiro do século XVIII todas as tentativas para melhorar esse abastecimento foram infrutíferas, salvo a construção dos chafarizes de Apolo, no Terreiro do Paço<sup>(10)</sup>.

O próprio desejo de D. Pedro II, expresso à Câmara em 1683, a que fizemos já referência, não tivera êxito. O mesmo acontece ao projecto que em 1688, um ano antes da entrada de D. Francisco de Sousa, havia sido apresentado ao Senado por um tal António de Miranda, que se propunha levar a água ao Bairro Alto. E, como este — que não passou de uma troca de correspondência entre o peticionário e a Câmara — um outro, no ano de 1700, entregue também para estudo da Câmara, não passou de meras consultas e basta acumulação de documentos.

Arrojadamente o francês Teofilo Dupineaut propunha-se realizar a condução das «fontes da Pimenteira, águas livres e outras que nascem em redor de Lisboa», aos chafarizes da cidade, aos já então existentes e a construir outros. A Câmara, se bem que entusiasmada de início, em breve dá a entender ao Rei o seu cepticismo e falta de confiança na petição de Dupineaut.

«Ao presidente da Camara, D. Francisco de Sousa e aos procuradores dos mestres — lê-se na consulta de 10 de Novembro — parece que Teofilo Dupineaut tem variado na forma com que tem prometido prover esta cidade de água, porque oferecendo ao principio, grande abundancia, e perguntando ao Senado o número de *aneis* (11) de que necessitava, e não duvidando de lhe pôr correntes os quarenta que lhe pediu, agora só oferece quatro da fonte da Pimenteira». E tantas outras condições contratuais de que se afastou depois. No entanto, o parecer dos procuradores da cidade era categórico: conceder ao suplicante tudo o que pede, para que não tivesse motivo para dizer que o Senado dava causa a não ter a cidade o provimento da água que, com tanta insistência, prometia.

E... obra alguma se realizou. O Rei concorda com D. Francisco de Sousa em se conceder somente o pagamento da água trazida da Pimenteira a um chafariz a construir em S. Roque. E, mesmo assim, pormenoriza o Secretário de Estado, Mendo de Foyos Pereira: só «depois de correr em S. Roque a água que intenta (o peticionário) achar no mesmo sitio da Pimenteira».

Entretanto, como escreve Matos Sequeira, «uma quarta de água custava sessenta reais...», e o povo, recordado ainda da seca pavorosa de 1649<sup>(12)</sup>, sofria inclemências, estiagens que perduravam semanas seguidas.

---

(10) Construído entre 1652 e 1655.

(11) Medida que correspondia aproximadamente a 27 000 litros.

(12) *Tempo Passado*.



Intimamente ligado a este problema, um outro constituía preocupação constante dos dirigentes da cidade. Vinte anos haviam decorrido sobre a deliberação do Senado de mandar vir da Holanda algum material para o serviço de incêndios. Em 1701, um tal João Rodrigues, correiro, a quem tinha sido adjudicado o «concerto dos carros das bombas», impetrou do Senado autorização para conservar em sua casa (por detrás do Convento de S. Domingos) todo o material, prontificando-se a levar as bombas aos locais dos incêndios «sem detenção alguma» e «com maior delegencia do que havia nas partes em que hoje estão, por depender das pessoas a cujo cargo estão as chaves das portas».

A mesma consulta elucida-nos ainda sobre a opinião expendida pelo presidente do Senado, a qual prevalece em contradição com a dos mesteres e a do vereador Diogo de Cunha Sotto Mayor que, com certa lógica, opinavam pela distribuição do material em três locais opostos na cidade. D. Francisco de Sousa declarou que, embora fosse conveniente a repartição das bombas pela cidade, «entendera que se daria melhor expedição a se conduzirem aos lugares dos incêndios logo no seu principio», pelo que era de parecer que em poder do correiro «ficavam as bombas mais capazes para daí as poderem levar aos ditos incendios, com menos embaraço».

Poucos anos depois Lisboa assistia, apavorada, ao deflagrar de um dos maiores incêndios da capital. Leia-se a descrição que nos foi transmitida por um manuscrito da época<sup>(13)</sup>: «Em sexta feira 10 de Junho deste dito ano (1707) houve um grande incendio na igreja de S. Francisco da Cidade de Lisboa e não se soube certamente a origem, mas presume-se que foi de foguete que caiu em um telhado que ficava sobre a livraria que andavam concertando e daí foi ao coro o qual ardeu sem que ficasse coisa alguma, e o que mais se sente foram os santuarios que lá estavam e imagens e os livros do canto. este fogo começou de noite porque indo as religiosas para matinas já não puderam entrar . . . ». E depois de nos informar que este foi «um dos grandes incendios que se tem visto em Lisboa», o mesmo autor elucida-nos ainda que andavam «os padres pedindo esmola com os fidalgos pela cidade para se ir reedificando»<sup>(14)</sup>.

A Câmara, conforme se lê na consulta de 8 de Julho<sup>(15)</sup>, contribuiu com o donativo de cem mil réis, tendo para tal pedido a necessária autorização ao Rei, visto só ter jurisdição para dar esmola até à quantia de quatro mil réis.

<sup>(13)</sup> *Memórias históricas de Lisboa*, 1680 a 1716, publicadas por António Machado de Faria de Pina Cabral, em *Lisboa e seu Termo*, vol. II.

<sup>(14)</sup> Em 1741, o templo, já reedificado, foi novamente destruído por outro incêndio.

<sup>(15)</sup> *Elementos*, vol. X, pág. 365.

Neste período de tempo, desde 1688, muitos foram os incêndios que deflagraram na cidade, e entre eles, pelas proporções que assumiram, lembram-se os do convento de S. Bento dos Negros e do Pátio das Comédias, da Rua das Arcas, que se propagou a muitas casas vizinhas. Nesse mesmo ano de 1707 outros incêndios alarmaram a população de Lisboa: nas portas de Santa Catarina, no Corpo Santo, defronte do palácio dos Cortes Reais, nas Olarias, na Rua das Gaivotas, na Calçada Pé do Nabais, no Açougue, junto do Pelourinho. Flagelo terrível para a cidade, qua a falta constante de água avolumava assustadoramente.



Da acção de D. Francisco de Sousa, como presidente do Senado, poucas notícias chegaram até nós. Depois de ter abandonado a Câmara foi Presidente do Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens, pertenceu aos Conselhos de Estado e Guerra e exerceu o cargo de sumilher de D. João V.

Do Arquivo Municipal constam alguns documentos relativos a uma acção judicial havida em 1708 contra o Município e o seu antigo presidente, acção que, na época, teve foros de escandaloso pleito e, se, por um lado, demonstra a isenção da Câmara, por outro deixa transparecer certa animosidade contra D. Francisco de Sousa.

Em 24 de Março desse ano, baixa à Câmara um decreto<sup>(16)</sup> no qual D. Pedro II intima o Senado a, no prazo de três dias, informá-lo sobre a queixa apresentada por D. Fernando de Sousa, então seu sumilher, e que, dizia, sendo possuidor de uma parte do chão dos Remolares, que havia adquirido ao desembargador Diogo Rebelo Freire e tendo nele construído, durante a noite, uma casa de madeira, o Senado a mandara derrubar.

A Câmara imediatamente responde ao Rei, iniciando a sua defesa nestes termos: «O requerimento inserto na supplica de D. Francisco de Sousa a que V. Magestade manda responder parece indigno da sua real atenção.» E mais adiante esclarece que o terreno pertencera sempre aos «pescadores para tratarem do beneficio das suas redes e recolherem as suas embarcações . . . e no caso que estes pudessem transferir o seu dominio em o desembargador Diogo Rebelo Freire e este no suplicante, nunca, porem, o podiam legitimamente fazer para diferente uso». A esta consulta seguem as certidões, nas quais se verifica que a ordem de demolição fora dada pelo próprio presidente da Câmara, então João de Saldanha de Albuquerque. Uma das certidões, passada pelo escrivão do juízo das propriedades, relata que no citado terreno, às 11 horas da noite, «se estava fazendo uma rua de casas de taboado, em que andavam trabalhando muitos officiaes com varios archotes acesos. . . ». A referida consulta, informa ainda D. Pedro II, que à demolição «acresceu o escandalo que resultou da dita obra ao povo que, não o podendo

---

(16) *Elementos*, vol. X, pág. 390.

dessemular. se arriscou a demolir as ditas casa de todo. . . ». E a certidão do meirinho da Alfândega acrescenta que «começou a concorrer muita gente, assim portugueses como estrangeiros. . . ».

O despacho de D. Pedro II é peremptório: «Tenho resoluto que esta causa se sentencie na relação dentro de tres meses.»

O curioso é que nada mais consta do arquivo municipal. O prestígio de D. Fernando de Sousa teria conseguido «abafar» o processo?

## JOÃO DA SILVA TELO DE MENESES

CONDE DE AVEIRAS

1702-1708

1711-1714

Pairava uma vez mais sobre o céu de Portugal, neste surgir de setecentos, a ameaça de um novo conflito com Castela.

«L'imbécile» Carlos II — como o designa Maurrois <sup>(17)</sup> — morrera sem geração. Luís XIV, como há muito ambicionara, vê sentado no trono de Espanha seu neto o duque de Anjou; e Portugal, que se colocara ao lado da França reconhecendo Filipe V, depressa se vê forçado, para defesa dos seus domínios no Ultramar, a aderir à *Grande Aliança*, ao lado da Inglaterra, da Áustria e da Holanda. Reconhecia-se o perigo de uma união franco-espanhola. Aceitando o testamento de Carlos II, que designara como rei de Espanha um filho do delfim de França, Luís XIV «prit le seul parti convenait à sa dignité comme à l'intéret du pays» <sup>(18)</sup>, e, assim, não poderia nunca a Inglaterra e a Holanda admitirem que o domínio dos mares, todo o comércio das Índias e o tráfico do Mediterrâneo passassem para a França. «Pourtant c'était la guerre. Le roi le savait» <sup>(19)</sup>, como escreve um dos próprios biógrafos do Rei Sol, ao contrário da afirmação expandida por alguns historiadores franceses, que escrevem ter sempre Luís XIV desejado a paz.

E foi de facto a guerra para Portugal .

Porto aberto à navegação atlântica, Lisboa é obrigada a manter vigilantes todas as suas fortificações. E novos e pesados encargos surgiram. Em 25 de Agosto de 1701 D. Pedro II determina <sup>(20)</sup>: «O Senado da Camara desta cidade terá cuidado de mandar prevenir os mantimentos necessarios para a gente que há de guarnecer a trincheira da

<sup>(17)</sup> *Histoire de França e Histoire d'Angleterre.*

<sup>(18)</sup> *Louis XIV*, Louis Bertrand.

<sup>(19)</sup> *Idem.*

<sup>(20)</sup> *Elementos*, vol. X, pág. 86.

marinha desta cidade, como também água e tudo o mais que for preciso para o sustento da gente, que há-de assistir naqueles alojamentos, dando tal providencia que tudo esteja disposto e ajustado, chegada a ocasião. . . ».

Aliado ainda à França, D. Pedro II temia um desembarque de tropas inglesas e holandesas. O próprio tratado estabelecido com Luís XIV determinava a obrigatoriedade da França de nos auxiliar no caso de um ataque aos nossos portos. E, de facto, em 21 de Setembro desse ano, fundeara em Cascais uma esquadra francesa que entra no Tejo uns dias depois. Já, então, toda a margem da cidade estava guarnecida. Conta-nos o autor anónimo da *Memoria Historica de Lisboa* que «em Agosto deste ano mandou Sua Magestade fortificar na cidade de Lisboa todas as praças começando no Caes dos Mouros até à Boa Vista, com um muro de 12 palmos de largo terraplano, deixando somente as serventias necessárias e nestas se puzeram guardas ou soldados que estão de sentinela». E depois de nos informar que «foi isto com tanta pressa que começou no primeiro de Agosto e até ao fim de Setembro estava acabado», escreve: «e nestes dias, não estou certo em quantos de Setembro, entrou a armada francesa que contava 25 navios e vieram botar ferro defronte da Boa Vista.»

Uns tempos depois opera-se no campo diplomático uma mudança radical na posição do nosso país perante o conflito europeu. Portugal tenta ainda a neutralidade. Era já tarde, porém. E, escudado na falta de cumprimento de Luís XIV ao tratado de 1701 (após ter reconhecido o perigo de uma completa submissão da Espanha à França) entra declaradamente na *Grande Aliança*; reconhece como rei o arquiduque de Áustria e não Filipe V.

Pela documentação do arquivo da Câmara Municipal pudemos seguir, passo a passo, o desenrolar dos acontecimentos. Em 15 de Outubro de 1703, D. Pedro II recomenda que, no ano seguinte, se cobre de contribuição a percentagem de 4,5 por cento, isto, «pelas disposições em que se acham as coisas de toda a Europa». Era o reflexo do tratado assinado em 16 de Maio desse ano com a Inglaterra, a Áustria e a Holanda, pelo qual o nosso País se obrigava a manter um exército de vinte e oito mil homens.

Simultaneamente com os preparativos bélicos de defesa, Lisboa preparava-se para receber festivamente o jovem arquiduque da Áustria. No dia 15 de Novembro, D. Pedro determinava que na «noite do dia em que entrar neste porto o arquiduque e nos dois seguintes haja luminarias, repiques e salvas nesta corte, Castelo e torre de barra. . . »

Aclamado rei de Espanha em Viena, o arquiduque de Áustria chega a Lisboa a 7 de Março do ano seguinte, a bordo da capitania inglesa *Real Catarina*. A cidade acolhe-o com regozijo, embora consciente dos perigos e das más horas que em breve iria sofrer. A 10 a Câmara apresenta-lhe as suas *boas-vindas*, conforme determinava o decreto exarado nesse dia, que advertia o conde de Aveiras de que só a ele, como presidente, competia falar.



E o conflito surgira. Filipe V declara, a 30 de Abril desse ano de 1704, guerra a Portugal, e as hostilidades iniciam-se imediatamente na província da Beira. Lisboa sufoca com novos impostos. A 26 de Maio D. Pedro II informa a Câmara «que foi preciso entrar numa liga com o Imperador, a Rainha de Inglaterra e os Estados Gerais das Províncias Unidas». «Para este fim — lê-se no mesmo documento — é preciso fazer tantas e tão grandes despesas que, sem embargos dos consideráveis socorros dos (meus) aliados, não é possível acudir a todas com os poucos meios com que se acha a (minha) fazenda». E D. Pedro determina que a contribuição de quatro e meio por cento passe para dez por cento.

Já então D. Pedro havia assumido o comando das forças aliadas e confiado a regência do reino a sua irmã, a Rainha D. Catarina. Lisboa seguia atenta o desenrolar dos acontecimentos e de tempos a tempos, orgulhosamente, festejava a vitória das tropas portuguesas. O facto é-nos transmitido não só por alguns memorialistas de então, como ainda pelos decretos que determinavam os dias de júbilo nacional.

Entre outros, transcrevemos o decreto de 8 de Julho de 1706<sup>(21)</sup>: «Em demonstração de alegria pelo brioso successo com que as armas portuguesas, governadas pelo marquês das Minas, depois de penetrarem todo o interior do reino de Castela, puzeram a obediência del-rei católico, meu muito amado e muito prezado bom irmão e sobrinho, a corte de Madrid, capital de toda aquela monarquia, que rendeu obediencia ao dito principe no dia 25 do mes passado, hei por bem que nesta corte se ponham luminarias tres dias...».



A hora de regozijo da Nação seguir-se-iam, ainda nesse mesmo ano de 1706, outras de rigoroso luto. No dia 9 de Dezembro, o Secretário de Estado, D. Tomás de Almeida, comunica ao Senado a morte de D. Pedro II e, logo a 11, o novo monarca, D. João V, determina ao conde de Aveiras a formalidade do luto na cidade.

Neste mesmo aviso, se determina igualmente que «a seu tempo fará o Senado as maiores demonstrações de sentimento e cerimonia que se costumam em semelhantes casos...».

Esta cerimonia era a tradicional *quebra dos escudos*, que esteve sempre, ao longo dos séculos, intimamente ligada ao Senado de Lisboa.

Referindo-se a este acto, escreve Freire de Oliveira: «Efectivamente no dia 17 de Dezembro de 1706 runiram nos paços do Senado da Câmara, no edificio da igreja de Santo Antonio da cidade, o presidente do mesmo Senado, João da Silva Telo e Meneses, conde de Aveiras, os vereadores em exercicio, — a saber: os desembargadores

---

(21) *Elementos*, vol. X, pág. 321.

Crispim Mascarenhas de Figueiredo, António Marchão Temudo, Cristóvão Rodrigues Barradas, André Freire de Carvalho e Manuel Vidigal de Morais (faltando o desembargador Pedro Unhão de Castelo Branco que desde o ano de 1703 estava ausente na Baía) os procuradores da cidade Francisco Pereira de Viveiros e Cláudio Gorgel do Amaral, os procuradores dos mesteres Bernardo de Faria (volanteiro), José Rodrigues Raposo (sapateiro), Manuel Tavares (confeiteiro) e José Pereira (sapateiro), os ministros de vara e oficiais da cidade e todos os mais cidadãos adjuntos ao Senado, que para estes actos solenes costumava o mesmo Senado ordenar, sob pena pecuniária, que tais entidades o acompanhassem, trajando luto rigoroso, isto é, de capas compridas, chapéus desabados e fumos caídos.

Passava das dez horas da manhã quando saíram dos Paços do Concelho e se puseram em marcha. Na frente, montado em um cavalo acobertado de preto, ia um dos procuradores da cidade; rojando luto e levando pendente de uma haste negra, uma bandeira da mesma cor, que arrastava pelo solo; todo o mais cortejo ia a pé, a saber: os cidadãos em duas alas, com varas negras, e ao centro, distanciados um dos outros, um juiz do cível e dois do crime, sem varas, levando cada um um escudo preto; em último lugar, também a pé levando varas pretas, iam os ministros do tribunal do Senado, em corpo de câmara.»

★

Entretanto, a guerra continuava. D. João V seguira a política de seu pai. Sòmente em 1711 — de novo era presidente da Câmara o conde de Aveiras — profunda modificação se operara no xadrez diplomático da Europa. O Imperador da Áustria falecera e a coroa pertencia, por direito, a seu irmão Carlos III de Espanha.

De novo a Inglaterra se sobressalta e «se decidiu abandonar la causa del Imperio» para evitar que se formasse um Estado hispano austríaco, «tan peligroso como el hispano francés, y commenzaram las muy laboriosas tareas preparatorias de la paz» — escreve o historiador espanhol Antonio Igual Úbede<sup>(22)</sup>.

Mas sòmente, porém, a 11 de Abril de 1713 é firmado o tratado de paz entre Portugal e a França e a 6 de Fevereiro de 1715 com a Espanha.

★

Tais foram os acontecimentos primordiais ocorridos durante as duas presidências do conde de Aveiras.

Senhor de Vagos, alcaide-mor de Lagos, Comendador das Comendas de S. Salvador das Vargues de Arouca, de St.<sup>a</sup> Leocádia de Moreiras no Arcebispado de Braga, de S. Pedro de Aguiar da Beira no de Viseu, todas na Ordem de Cristo e de Nossa Senhora

---

(22) *História de España*, Enciclopédia Labor, vol. 5.º, pág. 290.

dos Mártires de Alcácer do Sal na Ordem de Santiago — João da Silva Telo de Meneses foi 3.º Conde de Aveiras e exercera, antes de ser nomeado presidente do Senado, o cargo de Deputado da Junta dos Três Estados.

Por carta de 4 de Março de 1702<sup>(23)</sup> foi nomeado, por três anos, presidente do Senado de Lisboa, e reconduzido, por outros três anos, em 26 de Março de 1705<sup>(24)</sup>.

Ainda antes de deixar a presidência da Câmara, D. Pedro II designou-o para o elevado cargo de Regedor da Casa da Suplicação, em 12 de Janeiro de 1707. A carta de nomeação, porém, só lhe foi passada em 25 de Novembro<sup>(25)</sup>. Em Janeiro seguinte abandona a Câmara e toma posse do lugar de Regedor em 21 desse mesmo mês<sup>(26)</sup>.

Voltou o conde de Aveiras — que, no dizer de Carvalho da Costa, era «ministro de grande suposição e talento digno pelas suas partes de maiores elogios»<sup>(27)</sup> a ocupar a presidência do Senado em Abril de 1711<sup>(28)</sup>. Neste mesmo ano, a 15 de Setembro, foi revestido da alta dignidade de Conselheiro do Estado.

Não consta do arquivo municipal a data da sua saída, mas tudo leva a crer, visto não ter sido reconduzido ao fim de três anos, que abandonou a presidência em Abril de 1714. Em 6 de Junho deste ano, D. João V, ao dirigir-se ao Senado, menciona sòmente os vereadores e procuradores.



Os nove anos em que João da Silva Telo de Meneses ocupou a presidência do Senado foram assinalados por grande actividade administrativa e por um surto de obras e realizações que — são unânimes, em afirmá-lo os seus biógrafos — transcenderam dos limites havia muito impostos à acção municipal, não só pela falta de recursos do erário, como ainda pelo arrastar quase contínuo de guerras e provações.

A gerência do conde de Aveiras, ocorrida, embora ao longo desse período de lutas e de sacrifícios, foi, no entanto, bastante notável. D. António Caetano de Sousa, seu contemporâneo, refere-se-lhe nestes termos<sup>(29)</sup>: «Neste lugar (presidência do Senado) fez na cidade obras muito uteis, que mereceram aplauso universal a que o conduziu o génio e actividade, com que a elas se applicava com o mesmo gosto, com que fazia trabalhar na sua magnífica Quinta da Belem (hoje de Sua Magestade) que ordenou com muita perícia».

<sup>(23)</sup> *Chancelaria de D. Pedro II*, livro 44 de Doações, fl. 286.

<sup>(24)</sup> Idem, livro 46 de Doações, fl. 133 v.

<sup>(25)</sup> *Brazões da Sala de Sintra*, vol. II, pág. 164.

<sup>(26)</sup> *Gazeta em forma de carta*.

<sup>(27)</sup> *Corografia*, tomo III, pág. 166.

<sup>(28)</sup> Carta de 17 de Março (*Ofícios e Mercês de D. João V*).

<sup>(29)</sup> *Hist. Gen.*, vol. V, pág. 192.

Igualmente o Padre Rafael Bluteau traça encomiásticamente o seu elogio numa das obras que deixou inéditas<sup>(30)</sup>. Exalta a sua administração municipal dizendo que *fez mais em reedificar Lisboa que Ulisses em a fundar*.

Na sua *Gazeta em forma de Carta* <sup>(31)</sup> o memorialista José Soares da Silva escreve: «Põem-se por portas as portas de Santa Catarina e se desfaz aquele memorável padrão da antiguidade, empreza que intentou e conseguiu o conde de Aveiras, para segunda memoria da sua presidencia (refere-se à recondução no primeiro período do cargo) e para desempenho de antigas profecias. Para continuar — prossegue — as portas, ou à portada o seu exercício, as transfere para as do açougue, obra também sua e excelente obra».

Longo seria, de facto, o relato das obras empreendidas pelo activo presidente do Senado. E muitas foram. . . Na própria consulta acerca do alargamento da Rua de Nossa Senhora dos Remédios <sup>(32)</sup>, fala-nos o conde de Aveiras das «ruas antigas e modernas que o Senado tem alargado» e, numa outra consulta, um ano depois de ter tomado posse <sup>(33)</sup>, expõe claramente o estado em que estavam as artérias da cidade e, no seu entender, a forma de as concertar: «Procurando o Senado, por todos os meios, acudir com prontidão às grandes ruínas que se acham nas calçadas desta cidade» — propunha que as ruas onde esse trabalho fosse necessário «se trancassem e que todos os officiaes calceteiros trabalhassem nelas com mais desembaraço, porque o concurso de gente e de carruagens não só impediam o poderem trabalhar, mas arruinavam o que se ia fazendo».

João de Meneses dá, nessa mesma consulta, conhecimento a D. Pedro II de que procedera deste modo quanto às obras na Rua Nova do Almada; e lamenta-se da forma como alguns dos fidalgos desrespeitaram as ordens do Senado.

Leia-se este passo da referida consulta:

«Mandando-se trancar a rua Nova de Almada e nela trabalhando-se domingos e dias santos com todo o calor, resultou quererem passar pela dita rua carruagens de algumas pessoas que, desprezando a ordem do Senado, mandaram por uns criados derribar a madeira com que esta rua estava trancada e com este exemplo se obrou o mesmo na calçada de S.<sup>ta</sup> Ana. . . ».

A certidão que está apensa a esta consulta recorda-nos os nomes dos transgressores, conde da Ericeira, a marquesa de Unhão e uma filha de D. Lourenço de Almada.

D. Pedro II despacha a consulta, determinando que se proceda contra aqueles fidalgos.

---

<sup>(30)</sup> *Elogios latinos*.

<sup>(31)</sup> Pág. 54.

<sup>(32)</sup> *Elementos*, vol. X, pág. 157.

<sup>(33)</sup> *Idem*, pág. 166.



No desejo ainda de conservar, tanto quanto possível, transitáveis as ruas da cidade, determinou o conde de Aveiras que não fosse permitida a circulação de carros com «ferros e preguias».

Todo este trabalho, a sua persistência, a luta constante contra a indiferença e comodidade de muitos e a inveja e o ódio de alguns foram, mais tarde, reconhecidos pelo próprio monarca. É bem claro, como documento demonstrativo da actividade do enérgico presidente da Câmara, o decreto de 21 de Janeiro de 1706<sup>(34)</sup>:

«Fazendo-se-me presente que, não obstante o grande zelo e cuidado com que o Conde de Aveiras, presidente do Senado da Câmara, manda se façam e concertem as calçadas desta cidade e todo o seu termo, se não podia executar com a prontidão necessária, por falta de gente que costumava trabalhar nelas, e que esta procedia dos privilégios e isenções com que pretendem escusar-se, fui servido resolver que o conde possa obrigar a todos os trabalhadores e carreiros de que necessitar para os referidos concertos, ainda que sejam privilegiados, enquanto estiverem em actual occupação das calçadas, não serão obrigados a exercicio militar, ou seja de ordenanças ou de auxiliares. . . »

Sobre as avultadas despesas feitas pela Câmara durante a gerência do conde de Aveiras com obras na cidade, lê-se, numa consulta de 6 de Junho de 1714<sup>(35)</sup>, isto é, pouco tempo depois de João Telo de Meneses ter abandonado a presidência: «O Senado da Camara faz presente a V. Magestade que das muitas e consideraveis obras, todas precisas e necessarias, que desde o ano de 1709 a esta parte tem feito nesta cidade e seu termo, a que o Senado mandou acudir em utilidade do bem público, procederam os gravissimos encargos em que se acha o Senado. . . ». De facto, deixara o conde de Aveiras — cuja actividade foi, para a época, notória — absolutamente depauperados os cofres do Senado. A despesa de 84 172\$336<sup>(36)</sup>, feita ao longo desse período, em muito excedera os recursos do erário, pelo que a Câmara se via embaraçada para continuar a «prontamente assistir às obras» e, ainda, estava na contingência de ver as suas propriedades executadas pelos credores.

(34) Idem, pág. 307.

(35) *Elementos*, vol. XI, págs. 62 e 139.

(36) Esta verba despendida com calçadas, pontes, fontes, cais, parapeitos, cortinas, muros, reparos, etc., é referente aos seguintes anos:

1709 .....	14 119\$558
1710 .....	20 511\$274
1711 .....	12 598\$773
1712 .....	12 099\$166
1713 .....	15 032\$677
1714 .....	9 810\$888



Muito embora absorvida com uma actividade invulgar de reparações, construção de novas artérias e alargamento de outras, não foi relegado pela Câmara para plano secundário o problema da salubridade de Lisboa. Várias vezes o Senado se dirige ao Rei, salientando sempre a importância da limpeza da cidade e os enormes encargos dela provenientes — sobretudo da Rua Nova uma das principais de Lisboa. Havia sido determinado já (1703) o lançamento de um imposto sobre o vinho e outro sobre a carne; no entanto, a despesa sobrelevava sempre a receita cobrada.

Em 1711 a Câmara determina nomear um inspector para que «continuamente» andasse «por todas as ruas e calçadas, como administrador delas examinando» o seu estado, não só de limpeza como de conservação.



Habitou durante muitos anos o conde de Aveiras a propriedade que herdara de sua mãe, D. Joana de Portugal<sup>(37)</sup>, e que é hoje o palácio presidencial de Belém.

Quando, em 1700, cedera à Rainha de Inglaterra, D. Catarina de Bragança, a sua quinta de Belém, fora João Telo de Meneses habitar a quinta do Correio-Mor, ao Bom Sucesso.

Por um documento existente no arquivo do senhor Conde de Povolide<sup>(38)</sup>, sabe-se que foram avultadas as quantias que o terceiro conde de Aveiras gastou com obras em Belém. «Despesas tão continuas — lê-se nesse documento — tantos anos de obras na quinta de Belem, em que se trabalhou mais de vinte e cinco anos com pedreiros e carpinteiros efectivos e mestres de obras...». Salienta o mesmo manuscrito a importância gasta nas «estatuas de pedra que se compraram, o que fez pasmar a importância à vista da pouca renda que a casa tinha»<sup>(39)</sup>.

Em 1726 a propriedade é vendida a D. João V. Estava já, então, o antigo presidente do Senado completamente arruinado. E o documento compulsado informa-nos ainda que uma das razões do descalabro financeiro do conde de Aveiras fora motivado pelo «grande fausto» da sua vida, principalmente «nas ocasiões que teve em lugares que ocupou».

---

(37) Herdara, por sua vez, de D. Luís de Portugal, seu tio. A propriedade — Quinta do Outeiro das Vinhas, pertencera a D. Manuel de Portugal, bisavô de D. Joana. O 3.º conde de Aveiras habitou ainda, além do palácio de S. Cristóvão (ver livro do autor, *A Freguesia de S. Cristóvão*), nas casas do Conde de Castelo Melhor às portas de Santo Antão e no Palácio da Bemposta (Arquivo particular do Conde de Povolide).

(38) *A Freguesia de S. Cristóvão*, do autor, vol. I, pág. 264.

(39) Por este documento prova-se que as estátuas ainda hoje existentes nos jardins do Palácio de Belém não foram mandadas executar por D. João V, mas sim pelo terceiro conde de Aveiras.

Numa carta escrita em 1731<sup>(40)</sup> a sua neta, D. Inês, confessa-nos o próprio conde de Aveiras: «Ainda que o cabedal é pouco sempre teremos com que nos sustentar . . .».

Depois de efectuada a venda da propriedade de Belém foi o conde de Aveiras viver «para a quinta pequena, cuja casa ainda está de pé, embora o pequeno quinteiro que tinha junto, tenha desaparecido à custa de construções urbanas. A casa tem frente para a desaparecida Travessa da Praça e esquina para a Rua de Belém e para a Rua do Cais»<sup>(41)</sup>. Nela faleceu, com 92 anos, em 27 de Abril de 1740, e, segundo a *Gazeta de Lisboa*<sup>(42)</sup> de *hum apostema*. Alguns anos antes de sua morte havia pedido «licença que concederam os Padres do Convento de S. José de Ribamar da Província da Arrábida para que pudesse fazer umas casas térreas junto das hospedarias e, para conforme seu pedido, pudesse comer alguns dias com as religiosas na comunidade e poder-se retirar às consolações espirituais»<sup>(43)</sup>.

## JOÃO DE SALDANHA E ALBUQUERQUE

1708-1711

Sòmente três anos ocupou João de Saldanha e Albuquerque a presidência do Senado da Câmara. Substituiu o conde de Aveiras durante o interregno da sua gerência.

Depois de ter estudado em Coimbra<sup>(44)</sup>, João de Saldanha seguiu a carreira militar, e, em 1667, foi feito prisioneiro em Espanha. Exerceu depois os cargos de governador e capitão-general da Ilha da Madeira e da Praça de Mazagão.

Em 1704 foi encarregado por D. Pedro II de «fazer os quartéis necessários para alojamento dos oficiais e soldados da companhia»<sup>(45)</sup> que guardava os armazéns de pólvora de Beirolas, quartel este que foi construído pelo architecto Francisco Tinoco. Era já então João de Saldanha conselheiro de guerra e tenente-general de artilharia.

Dirigira, com notável administração, o Governo e Capitania-Geral do Rio de Janeiro e, de volta ao Reino, foi nomeado Sargento-mor de Batalha, com exercício na Torre de Belém.

---

<sup>(40)</sup> *A Freguesia de S. Cristóvão*, vol. I, pág. 270.

<sup>(41)</sup> Esta informação do ilustre arqueólogo Mário Sampaio Ribeiro (*A Freguesia de S. Cristóvão*, vol. II, pág. 209) acrescenta que neste prédio esteve instalado o Colégio «do Almada».

<sup>(42)</sup> 5 de Maio de 1740.

<sup>(43)</sup> Arquivo do Conde de Pavolide.

<sup>(44)</sup> Dedicado às letras, traduziu do francês a obra «Recompilação de Remédios Escolhidos de Madame Fouquet».

<sup>(45)</sup> *Elementos*, vol. X, pág. 249.

Por carta de 22 de Fevereiro de 1708 foi designado para Presidente do Senado. Toma posse do cargo no dia 3 do mês seguinte «para o servir por tres anos» (46).

Homem de vasta cultura (47), João de Saldanha deixou também o seu nome ligado a esse período de grande actividade urbanística a que atrás fizemos referência.

Na consulta de 11 de Setembro de 1709 (48), refere-se, de facto, o presidente João da Saldanha a essa mesma actividade, ao lembrar a D. João V que o Senado se «achava então com muitas obras de consideravel importancia, todas uteis, todas precisas e de sua natureza inexcusaveis para o bem publico, o que, sem dilação necessariamente se há-de e deve logo acudir com toda a deligencia possivel. . . ».

O prestígio do lugar que ocupou está assinalado na atitude que, perante D. João V, assumiu ao exigir que na procissão do Corpo de Deus lhe fosse dada, como de direito, a vara ao lado da do Monarca e havia sido ocupada pelo marquês de Fontes.



João de Saldanha e Albuquerque, de seu nome completo João de Saldanha e Albuquerque Coutinho Matos e Noronha, nasceu no palácio da Junqueira, segundo nos informa, no seu admirável estudo sobre «Os Azulejos Holandeses do Palácio Saldanha», o Eng. Santos Simões, que acrescenta ter «fortes razões para crer que foi no seu tempo que se ampliou o palacio da Junqueira às proporções que hoje apresenta», obras «importantes e dispendiosissimas».

«Os ultimos anos da sua vida—escreve ainda o Eng. Santos Simões—passou-os no seu belo Palacio da Junqueira, rodeado de coisas belas, entre outras dos panoramas azulejos da Holanda. que ele próprio deve ter feito instalar».

Faleceu em Santarém, noticia a *Gazeta de Lisboa* (49), no dia 1 de Setembro de 1723.



Permitimo-nos ainda, para conhecimento do leitor, transcrever do referido estudo do Eng. Santos Simões este passo sobre João de Saldanha e os admiráveis azulejos que ornamentam, ainda hoje, o palácio da Junqueira, e que representam várias cidades marítimas da Europa:

«O estudo sumário que fiz do Palácio e dos seus habitantes — escreve o erudito historiador — levou-me à conclusão de que a Sala Nobre foi mandada construir por

---

(46) *Livro 21 de Assentos*, fl. 55 v.

(47) Leia-se o artigo publicado em *Belas-Artes*, n.º 1, 2.ª série, por J. M. Santos Simões.

(48) *Elementos*, vol. X, pág. 485.

(49) De 30 de Setembro de 1723.

João de Saldanha de Albuquerque nos primeiros anos do século XVIII, provavelmente próximo da época em que foi Presidente do Senado da Câmara de Lisboa, e racionalmente estabeleci uma ligação hipotética entre o tema dos painéis — cidades portuárias da Europa — e a alta função municipal do anfitrião, consubstanciando Lisboa com o seu porto. João de Saldanha, já o disse, era um homem culto, descendente de navegadores, nascido «a ver o Tejo», e provavelmente enamorado da sua Lisboa a cujos destinos presidia e muito particularmente interessado no seu magnífico porto que dominava das janelas do Palácio. . . .

E depois de um estudo profundo sobre a origem e a autoria desses preciosos painéis, o erudito investigador escreve: «Quando não fosse mais que por estas razões, Lisboa deveria estar grata ao seu antigo Presidente do Senado que lhe legou tais preciosidades e que, para cúmulo de tranquilidade, o Estado Português possui num dos mais belos e evocativos Palácios da Ribeira do Tejo».



Por razões que inteiramente se desconhecem não foi designado, após a saída em Abril de 1714 do conde de Aveiras (que, como dissemos, substituiu João de Saldanha e Albuquerque) qualquer outro presidente. Pensaria já, então, D. João V na insensata medida de dividir em duas a administração da cidade? Esta deverá ser a única razão que tornou acéfala, durante quase três anos, a Câmara de Lisboa. Nenhum documento mesmo nos elucida quanto à presidência do Senado ser exercida pelos vereadores, às semanas. Mas decerto assim seria em obediência a normas tradicionais.

Ocuparam, neste interregno de Abril de 1714 a Fevereiro de 1717, os lugares na vereação os desembargadores Manuel Vidigal de Moraes, Crispim Mascarenhas de Figueiredo, Jorge Freire de Andrade, Pedro Nunes Guedelha, Nuno da Costa Pimentel, Inácio de Moraes Sarmiento, estes dois últimos, substituindo, em 1715, os vereadores Simão de Sousa de Azevedo e Francisco Cordeiro da Silva.



A actividade dos dois últimos presidentes do Senado havia esmorecido quase por completo. A actuação municipal limitava-se à normal administração dos vários pelouros. Das poucas deliberações então havidas é justo salientar a de 3 de Outubro de 1714.

28

Como dissemos ao tratar da gerência de D. Francisco de Sousa, havia sido em 1701 derogada a deliberação de 1677 que determinava a existência, na cidade, de três armazéns para depósito de material de incêndio.

E foi esta a decisão de novo aprovada pela vereação de 1714. Pelo interesse que tem para o estudo dos serviços de extinção dos incêndios na cidade de Lisboa aqui a deixamos registada na íntegra:

FORMA QUE SE DEVE OBSERVAR EM SE ACUDIR  
AOS INCENDIOS QUE SUCEDE HAVER NESTA CIDADE,  
NA FORMA DAS RESOLUÇÕES DE S. MAGESTADE

«Haverá trez armazens: um no meio do bairro Alto; outro no meio do bairro d'Alfama, e outro no meio do bairro intermedio dos dois bairros. Em cada um destes armazens estarão duas bombas, quatro escadas, uma de cincoenta palmos, outra de quarenta, outra de trinta e outra de vinte, as quaes escadas serão dobradiças; uma duzia de baldes com suas cordas, com as braças que entenderem são ncessárias, sendo de linho e alcatroadas, por terem mais duracaõ; e os baldes hão-de ser de pau, com arcos de ferro; e se buscará um official junto a cada um dos armazens, o qual seja de officio que assista em casa, a quem se entregue a chave dele e outra terá o vereador das obras. E, havendo algum incendio, acudirão logo a cada um destes armazens oito homens, para conduzirem as bombas, e baldes, os quaes serão das companhias da cidade, e com eles irá o seu capataz, o qual terá cuidado de evitar se não rompam as mangas das bombas, com cominação de as pagar da sua fazenda; e o que não acudir prontamente; ficará privado do officio por seis meses; e se lhe pagará o seu trabalho aos que assistam, com certidão do seu capataz; e o official que tirar a chave, se lhe pagará na forma da resolução de S. Magestade.

«E o correiro, João Rodrigues, que a seu cargo tem o concerto das bombas, todas as vezes que as não tiver prontas, como é obrigado, para servirem nos incendios, pagará trinta cruzados, para o que fará termo desta obrigação. . . »



Uma nova orgânica ia em breve ser imposta à cidade. Modificação profunda na estrutura municipalista surgiria proveniente de uma errada concepção das necessidades administrativas da urbe. Lisboa, retalhada em duas, viria a sofrer os resultados naturais de uma subdivisão forçada dos órgãos directivos do governo temporal da cidade.

Mas a verdadeira Lisboa Joanina, grandiosa, espectacular, não tardaria a surgir, para orgulho dos lisboetas de então e espanto de toda a Europa.



## A RESTAURAÇÃO DA ÍNDIA

1 Como no ano de 1740 o Maratá tinha tomado algumas terras do Estado da Índia, chegando a circular em França o boato de que o invasor se apoderara de Goa, havia que enviar à Índia uma armada de seis naus com gente escolhida, bastante provimento de munições de guerra e grossas somas de dinheiro.

Na contingência de se despacharem mais naus, D. João V desejava que tais despesas saíssem dos resíduos das igrejas vagas, rendimento que se pensava aplicar em algum seminário, pelo que ordenou ao seu representante em Roma, Manuel Pereira de Sampaio, que procurasse o Papa para que Sua Santidade ajudasse a restaurar a Índia.

30 A conta de tais resíduos dava apenas um milhão de cruzados, certamente mui fraco socorro para tão importante expedição; mas, como era justo que esse dinheiro se empregasse em evitar a perda de tantas almas, o Rei Magnânimo convira que se houvesse de Roma o Breve para esta aplicação.

**2** Em 12 de Abril desse ano de 1740, João Baptista Carbone, secretário particular de D. João V, recomendava a Sampaio que fizesse perceber a Sua Santidade que a acomodação dos resíduos, para livrar as terras do gentio da Índia, mais devia de interessar a Santa Sé que a El-Rei, pois a única utilidade que daí resultava era a conservação da Fé de Cristo naquelas terras.

E que por nenhum modo Sampaio mostrasse empenho que se fizesse a dita aplicação para a restauração da Índia, não se cuidasse que se faria grande favor a Sua Majestade.

Devia a Corte de Roma entender que a ela tocava, e não à de Lisboa, a solicitação do emprego dos ditos caídos em favor da Cristandade daquele Estado, porque Sua Majestade, movido de sua piedade e zelo católico, consentia nesse dispêndio. Quando se tratava de guerra aos infiéis, a Corte de Roma costumava dar a mão aos Príncipes, impondo também tributos aos eclesiásticos.

Insistia D. João V que com aquele dinheiro se resgatasse a Índia; e o melhor meio de Sua Santidade efectuar esse negócio seria passar um Breve, para se empregar contra os infiéis o dito dinheiro dos caídos, que seu antecessor havia destinado a benefícios católicos.

**3** Em 2 de Dezembro desse ano, Carbone dizia a Sampaio que fizesse perceber que o dinheiro cobrado e o que se esperava cobrar constava de uma bagatela, em relação aos imensos gastos precisos para a restauração da Índia; e que o único interesse que a Coroa Portuguesa tinha naquele Estado consistia na conservação da Fé, pois quanto a lucros temporais se podia dizer com verdade que não tinha algum.

Chegara, entretanto, da Baía a 19 de Dezembro a notícia de ali haverem arribado seis naus da armada e que uma delas, ao entrar na barra, fora a pique e a outra se ficara consertando, para continuar na jornada.

Outra nau arribara ao Rio de Janeiro, onde constava que em breves dias se fizera à vela para seguir as outras três, que se supunha terem vencido o Cabo da Boa Esperança, sem embargo da grande tempestade que lá tiveram, que foi a causa de as três sobreditas naus arribarem.

Estes desastres deram motivo a novas e maiores despesas, para reforçar o socorro que se devia de mandar na próxima monção de Março de 1741; e agora ressaltava a necessidade dos caídos das igrejas, para ajudar, em parte, os importantes gastos da nova expedição.

**4** Todavia, em 7 de Novembro de 1741, ainda se não tinham recebido novas da Índia.

Como em muitas das igrejas não havia caídos, fora assaz errado o orçamento da despesa, devendo-se especialmente abater dos caídos das igrejas que se achavam vagas



não só as côngruas das encomendadas, mas também os gastos feitos em benefício das mesmas igrejas, que pouco ou muito concorriam para tão dispendiosas expedições à Índia.

E Carbone comunicava a Sampaio, em 2 de Maio de 1742, que no domingo passado haviam partido duas naus para a Índia, com gente e dinheiro, acrescentando que aquele Estado estava quase inteiramente perdido antes da chegada do novo Vice-Rei.

No ano seguinte, a 8 de Julho, Carbone informava a Sampaio que Sua Majestade determinara de despachar em Setembro próximo, sucessor ao Vice-Rei falecido.

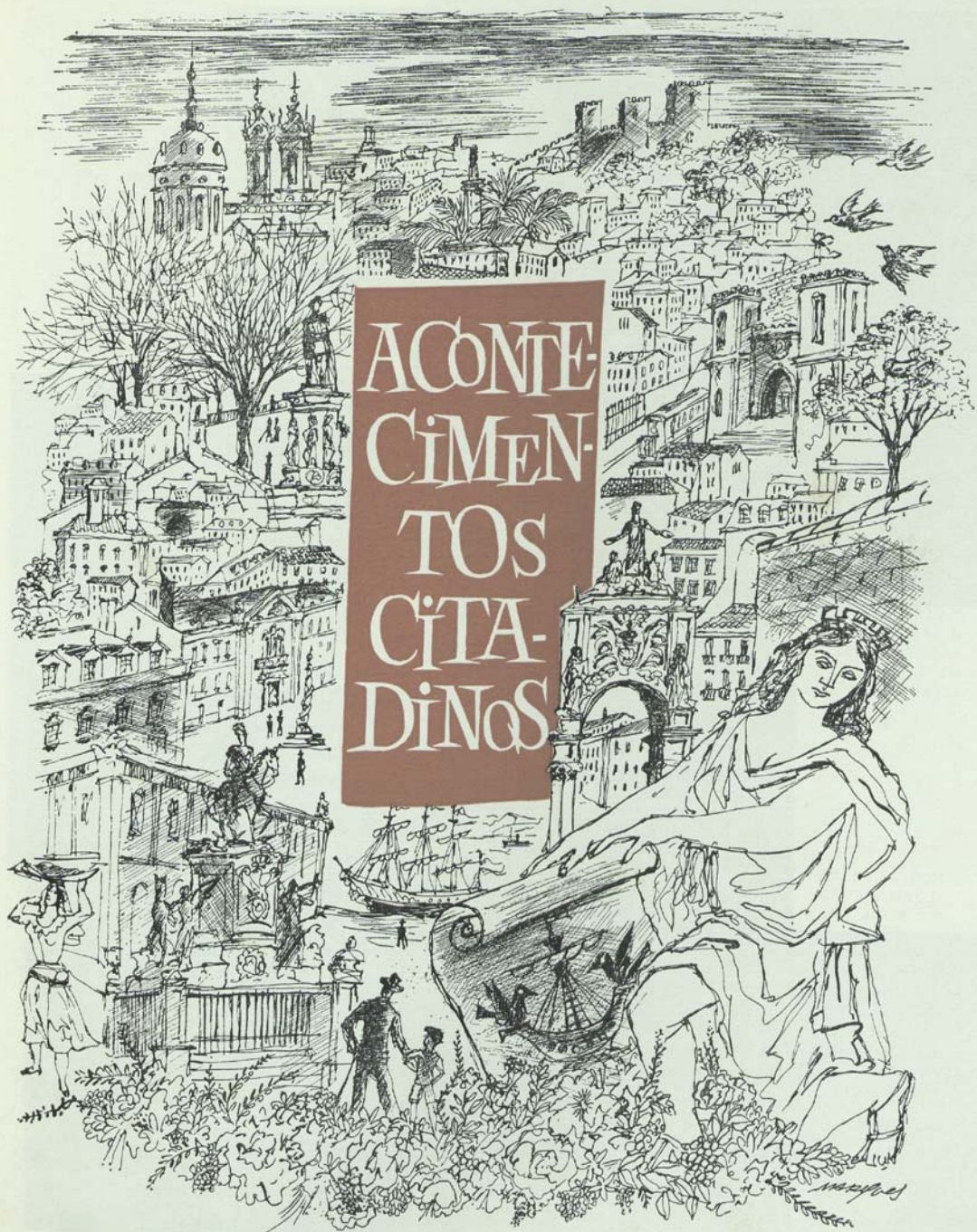
Eis o que o Padre Carbone dizia para Roma, como se pode verificar pelas datas citadas nas cartas daquele ilustrado jesuíta, existentes na Biblioteca da Ajuda.

Por esse tempo, já D. João V da cama passava para a cadeirinha, paráltico do braço e da perna esquerda. Posto que sofrendo, não descurava dos negócios do Reino, porque tudo queria saber e resolver, ouvidos os conselheiros e o Desembargo do Paço.

E porque foi um dos maiores monarcas da época, causa tristeza que alguns portugueses ponham a par de qualquer energúmeno, encarecendo-lhe os defeitos de homem, enquanto escondem debaixo do alqueire a luz da verdade, para que lhe não alumiem os méritos de governador amante de sua Pátria.

*José Estevam.*





ACONTE-  
CIMEN-  
TOS  
CITA-  
DINOS



EXPOSIÇÃO DE  
FLORICULTURA  
NA FEIRA DAS  
INDÚSTRIAS  
PORTUGUESAS —  
A ENTRADA DO  
PRESIDENTE DA  
REPÚBLICA  
ACOMPANHADO  
PELOS MINISTRO  
DO INTERIOR E  
PRESIDENTE  
DA C. M. L.



EXPOSIÇÃO DE  
FLORICULTURA  
NA FEIRA DAS  
INDÚSTRIAS  
PORTUGUESAS  
— UM ASPECTO  
DA VISITA DO  
PRESIDENTE  
DA REPÚBLICA

NO PAVILHÃO DOS DESPORTOS  
—CONCERTO DA ORQUESTRA  
FILARMÓNICA DE LISBOA.  
COM O SOLISTA MÁRIO CAMERINI



NO PAVILHÃO DOS  
DESSPORTOS  
—CONCERTO  
DA ORQUESTRA  
FILARMÓNICA  
DE LISBOA, REGIDA  
PELO MAESTRO  
DR. IVO CRUZ

NO PAVILHÃO DOS DESPORTOS  
—CONCERTO DA ORQUESTRA  
FILARMÓNICA DE LISBOA.  
SOB A REGENCIA DO MAESTRO  
JAIME SILVA FILHO



## DIA DA CIDADE

CERIMÓNIA DA ENTREGA  
DA MEDALHA DE COBRE, DE  
COMPORTAMENTO EXEMPLAR,  
AS PRAÇAS DO B. S. B.



ENTREGA DE TAÇAS DISPUTADAS  
EM COMPETIÇÕES POR EQUIPAS DE  
VÁRIAS MODALIDADES DO B. S. B.

INAUGURAÇÃO DAS NOVAS  
INSTALAÇÕES DO REFEITÓRIO  
DOS PAÇOS DO CONCELHO  
—DESCERRAMENTO DO RETRATO  
DO PRESIDENTE DA C. M. L.



## DIA DA CIDADE

ENTREGA DA MEDALHA DE OURO  
DE BONS SERVIÇOS AO ARQUITECTO  
JOSÉ MARIA VASQUES CARDOSO



O DR. FRANCISCO DA SILVA  
FERNANDES, RECEBENDO UM PREMIO  
DA EXPOSIÇÃO DE ARTESANATO



ENTREGA DA MEDALHA DE OURO,  
A TÍTULO PÓSTUMO, AO ARQUITECTO  
COTTINELI TELMO, NA PESSOA  
DE SUA FILHA D. MARIA TERESA  
COTTINELI TELMO



## DIA DA CIDADE

ENTREGA DA MEDALHA DE OURO  
À ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS  
DOS EMPREGADOS DO COMÉRCIO  
E INDÚSTRIA



ENTREGA DA MEDALHA DE OURO  
MUNICIPAL A UM DOS JOGADORES  
DO SPORT LISBOA E BENFICA,  
PELA CONQUISTA DO TÍTULO  
DE CAMPEÃO INTERNACIONAL

ENTREGA DO 1.º PRÉMIO  
À PASTELARIA BIJOU, VENCEDORA  
DO CONCURSO DO BOLO HENRIQUINO



## DIA DA CIDADE



ENTREGA DA MEDALHA DE OURO DA CIDADE AO MESTRE ESCULTOR LEOPOLDO DE ALMEIDA, PELO PADRÃO DOS DESCOBRIMENTOS

ENTREGA DA MEDALHA DE OURO DA CIDADE AO SPORT LISBOA E BENFICA, REPRESENTADO PELO ENGENHEIRO CANCELADA DE ABREU



ENTREGA DE 14 BIBLIOTECAS DE 250 VOLUMES A INSTITUIÇÕES DE CULTURA E RECREIO





## DIA DA CIDADE

ENTREGA DA MEDALHA DE OURO MUNICIPAL À ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS LISBOENSES



ENTREGA DO 1.º PRÉMIO DE ESCULTURA NA EXPOSIÇÃO DE ARTESANATO DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS A D. MARIA TERESA C. VIEGAS DIAS



O ALMOÇO DOS PRESIDENTE, VEREADORES E CHEFES DE SERVIÇOS, QUANDO DA INAUGURAÇÃO DAS NOVAS INSTALAÇÕES DO REFEITÓRIO

ENTRADA DAS RELIQUIAS  
DE S. FRANCISCO XAVIER NO  
EDIFICIO DOS PAÇOS DO CONCELHO



OS DESPOJOS DO  
APÓSTOLO DAS ÍNDIAS  
NO SALÃO NOBRE  
DOS PAÇOS DO CONCELHO



UM ASPECTO DA EXPOSIÇÃO DE FLORICULTURA «FLORES DE OUTONO», NO PAVILHÃO DA FEIRA INTERNACIONAL DE LISBOA

O CONJUNTO DA NAVE PRINCIPAL DO RECINTO DA JUNQUEIRA

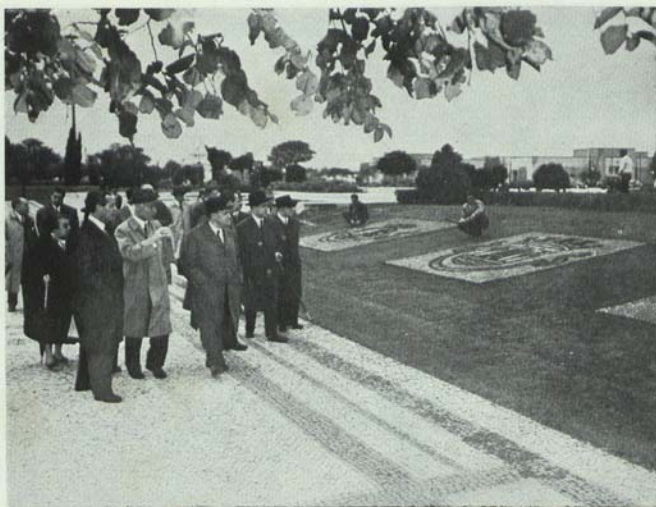


PORMENORIZAÇÃO DOS CONJUNTOS DECORATIVOS FEITOS COM FLORES DE CORTE

«LARGADA» DA NOVA CRIAÇÃO  
DE CISNES NO LAGO DO  
PARQUE EDUARDO VII



NA INAUGURAÇÃO DOS MOSAICOS  
REPRESENTANDO TODAS AS CAPITALS  
DOS DISTRITOS DE PORTUGAL,  
O PRESIDENTE DO MUNICÍPIO E OS  
VEREADORES ADMIRARAM  
O ESCUDO DA CIDADE



OS JARDINEIROS MUNICIPAIS  
QUE COLABORARAM NAQUELE  
TRABALHO DE MOSAICULTURA  
FORAM FELICITADOS  
PELO PRESIDENTE DA CÂMARA





«TEATRO DO GERIFALTO»  
NO TRINDADE—EM CENA, A PEÇA  
«O CAVALEIRO SEM MEDO»



«A CASTRO», DE ANTONIO FERREIRA,  
PELO TEATRO DE PEDRO BOM, NO  
PAVILHÃO DOS DESPORTOS



VISITA DOS 1.º E 2.º CONSELHEIROS  
DA CAMARA MUNICIPAL DE  
SANTIAGO DO CHILE

POSSE DA COMISSÃO CONSULTIVA  
MUNICIPAL DE TURISMO



O ENG.º CIRO DE OLIVEIRA PINTO  
FOI EMPOSSADO NO CARGO DE  
DIRECTOR DO SERVIÇO  
DE URBANIZAÇÃO E OBRAS

A REPARTIÇÃO DE OBRAS MUNICIPAIS  
PASSOU A SER CHEFIADA PELO  
ENG.º EDUARDO AUGUSTO  
A B R E U N U N E S





O VICE-PRESIDENTE DA C. M. L.,  
SR. ANIBAL DAVID,  
FOI DISTINGUIDO COM A  
MEDALHA DE HONRA  
DA UNIÃO DE GRÉMIOS DE  
LOJISTAS DE LISBOA



O SR. FERNANDO PEREIRA,  
DIRIGENTE DAQUELE ORGANISMO,  
ABRAÇANDO O HOMENAGEADO



OUTRO MOMENTO DA MESMA  
CERIMONIA, ASSINALANDO O JUBILO  
DO GENERAL FRANÇA BORGES  
PELA DISTINÇÃO CONFERIDA  
AO SEU DIRECTO COLABORADOR



## RECORDAÇÕES DE UM VELHO DE BOA MEMÓRIA

(1895-1908)

### CAPITULO I

**S**e o meu piedoso leitor se lembrar de percorrer de alto a baixo, do norte a sul, a Rua de S. Bento, desta magnífica cidade que foi de mármore e de granito e hoje é de tijolo e cimento armado, começando pelo seu extremo confinante com o Largo do Rato, encontrará a Praceta Hintze Ribeiro, onde uma enorme e copada magnólia desafia, quando está bastante florida, a saúde dos moradores circunvizinhos.

Com a frente para aquela rua, havia um imóvel onde habitou, por bastantes anos, o Conselheiro de Estado Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, chefe do partido regenerador, por vezes Presidente do Conselho de Ministros e como galardão por tantas virtudes cívicas, agraciado com o Tosão de Ouro, insígnia que a Espanha dava aos mundiais homens notáveis e príncipes de grande categoria.



O seu funeral que devia incluir, em homenagem, tropas de guarnição, portuguesa e espanhola, passou com muita modéstia, sem cerimónias oficiais e por ter tão importante insígnia como o Tosão de Oiro, a sua figura deveria ser exaltada em Espanha, mas tudo mergulhou em silêncio, tanto em Portugal como no país vizinho.

Descendo depois a Rua de S. Bento, chegamos à Rua de Santo Amaro e na esquina norte, vemos um prédio de um só andar, 12 janelas de varanda, 3 portões, e janelas ovais gradeadas no rés-do-chão.

Esse prédio tem a sua história. Por volta do ano de 1700 e tal, o moço fidalgo da Casa Real, Luís António Esteves Freire, comendador de Cristo e muito privado do Senhor Dom Miguel e Dona Carlota Joaquina, serviu no Ultramar como escrivão de fazenda. Em Lisboa foi coronel dos troços de ordenanças e por último governador de Cabo Verde. Depois, cansado de tantos anos de idade, reformou-se no posto de major. Em virtude dos seus cargos no Ultramar, arranjou uma boa fortuna, de maneira que quando morreu, sua mulher e suas irmãs partilharam-na sem disputas nem objecções. Uma casa senhorial na Rua de S. Bento com os terrenos anexos desde esta rua até à actual Travessa de S. Plácido, outra moradia de habitação na actual Rua de S. Domingos, à Lapa, propriedades na Bencanta, nos arredores de Coimbra, grandes arcas abarrotadas de cruzados e apólices de 6 % do Banco de Londres e outros papéis de crédito, objectos de ouro e prata, além de sejes, parselhas e trastes valiosos, tudo isto constituía sua fortuna de grande fidalgo e com a caridade que o adornava (*si vera est fama*) tudo concorria para que na sociedade daquele tempo, fosse o seu nome lembrado e relembrado.

A moradia da Rua de S. Bento tinha e hoje ainda tem duas frentes. Uma para esta rua, outra para a actual Rua de Santo Amaro. Tinha para S. Bento uma capela pública e para Santo Amaro um pátio, serventia de uma cocheira e jardins e terrenos de cultivos que se estendiam até S. Plácido, pela encosta da colina e desciam até ao actual Pátio dos Carros, a S. Bento. Era uma propriedade rica de produção agrícola e decerto com os benefícios artísticos próprios daquele tempo.

De sucessão em sucessão, a propriedade, já cerceada de terrenos para abertura de ruas e melhorias habitacionais, veio a ser herdada pelo diplomata dr. José Leite Ribeiro Freire, descendente directo daquele Esteves Freire, proprietário em Coimbra. Em sua casa, quinta de S. José, Montesão, havia ao momento da sua morte, muitas preciosidades herdadas de avoengos paternos e maternos.

Em 1880, era inquilino desta moradia que tem hoje os números de polícia 183, 185 e 187, o homem político de grande fama e nomeada, António Rodrigues Sampaio, o Sampaio da Revolução [*de Setembro*] jornal revolucionário regenerador. Ele morava na parte com esquina para as duas ruas, S. Bento e Santo Amaro, com um pátio e um jardim e respectiva cocheira, porque o outro inquilino era o dissidente regenerador, independente, Manuel Vaz Preto Geraldês.

Por morte de Sampaio, o Conselheiro Doutor, Júlio Marques de Vilhena, governador do Banco de Portugal, que havia sido ministro da Justiça e da Marinha e Ultramar, e que era casado com uma sobrinha daquele José Leite, de quem ela herdara o imóvel da Rua de S. Bento, veio habitá-lo e nele morou durante 55 anos.

A moradia tem ainda restos de passadas grandezas. Além de portas interiores, feitas de madeiras ultramarinas, notam-se os silhares de portas e janelas, a disposição de certas salas, os painéis revestindo as paredes da varanda da sala das refeições, com azulejos amarelos e no jardim os vasos de pedra nos ângulos dos canteiros, rodeando um pequeno lago, enfim um certo número de coisas, ocioso de mencionar, mas que dão na vista de quem as examinar, na lembrança da sua antiguidade.

Nessa moradia eu vivi 47 anos e quantas vezes na calada da noite, quando por circunstâncias várias eu tinha de a habitar sozinho, me convencia que além de ruídos difíceis de classificar mas que espíritos timoratos poderiam atribuir a fantasmas, eu me lembrava que o prédio, com 260 anos de existência, construído nos tempos calamitosos de D. João VI, tendo atravessado os da invasão francesa e das lutas liberais, havia de ter escondido sob as lajes da carvoaria ou do saguão, algum tesouro salvaguardado pelos moradores de tantas épocas distantes e que segundo o rol dos confessados da freguezia eram inúmeros e de várias artes.

Por morte dos seus proprietários, o imóvel da Rua de S. Bento, por partilha coube a um dos filhos do casal Vilhena e continua com a mesma feição com que foi construído. É certo que na Rua de S. Bento ainda não se levantou nenhum arranha-céus. Porquê? Os sábios empreiteiros que o digam.

## CAPÍTULO II

Nos dias em que os oficiais militares estivessem de serviço no Paço Real da Ajuda, às ordens de El-Rei D. Carlos, podiam eles tomar o lugar à mesa de jantar e dirigir a palavra ao Soberano, tornando-se, assim, geral a conversa e respectiva animação. Depois do jantar, os oficiais acompanhavam as pessoas reais ao espectáculo, ou passavam à sala onde faziam serão e tudo decorria sem impedimentos.

Mas, certo dia, o oficial de serviço, coronel Duval Teles permitiu-se, quase no fim do jantar, criticar ásperamente o Conselheiro João Franco Castelo Branco, presidente do Governo, por uma resolução que fizera ruído na Imprensa. El-Rei D. Carlos havia determinado que, estando ele presente, não consentia críticas sobre política, e que o governo, fosse qual fosse o seu partidarismo, era invulnerável. Assim chamou à ordem o coronel Duval, censurou-o em termos brandos. Mas o coronel disse qualquer coisa que o Rei ouviu e que o obrigou a sair da sala.

Ficaram os comensais estarrecidos. Um silêncio completo e cada qual tratou de se escapular, preparando-se para seguir o Rei que ia ao espectáculo em S. Carlos.

El-Rei recolheu-se aos seus aposentos, mas no corredor encontrou o seu criado particular a quem pôs ao facto do que acontecera e lastimou que tivesse sido, quando os criados iam servir a sobremesa de pastéis de Tentugal, que as freiras do convento daquela vila lhe haviam mandado e de que ele era muito guloso. Mas, como ele iria a S. Carlos, pediu ao criado que arranjasse um cartucho com os pastéis e biscoitos, para ele comer no intervalo do espectáculo.

E tudo estava pronto para o séquito real. O coronel Duval Teles foi também, já porque estava de serviço e não fora prescindido dele, já porque ele não podia tomar qualquer resolução, que em face das circunstâncias, ignorava qual devia ser.

É bom saber-se que tudo isto aconteceu num sábado gordo, isto é, na véspera de um domingo gordo, isto é, domingo de Carnaval. Decorreu o 1.º acto da ópera e no intervalo, algumas pessoas resolveram atirar serpentinas e papelinhos de camarote para plateia e desta para o camarote-real. Neste momento, El-Rei D. Carlos lembrou-se do cartucho e ao mesmo tempo que comia os deliciosos pastéis tentugalenses, ia atirando para a plateia, visando certos sujeitos da sua familiaridade, com os biscoitos. Quer dizer, o Rei deu o exemplo e num momento, travou-se um tiroteio de bolos, pastéis, biscoitos, rebuçados que se prolongou ainda por mais tempo do que estava marcado para intervalo.

De repente soou a campainha chamando os espectadores e El-Rei, para remate de uma batalha que lhe dera tanto prazer, pegou num pastel e atirou-o ao acaso. Quero crer que ele não visou qualquer pessoa, mas o pastel atravessou toda a plateia e foi cair sobre os peitos de uma Senhora que numa frisa se pavoneava com ricas pérolas de belo Oriente. Eu podia dizer quem era a Senhora, mas os seus descendentes, se o incidente deixou impressões inolvidáveis na lembrança destes, podem não gostar que se lembre um caso que foi comentado malévola e nos serões de clubes e casas particulares. Eu assisti ao incidente, porque a minha cadeira situava-se perto da frisa, e presenciei o que depois sucedeu. Quem ganhou com tudo isso foi o marido dessa Senhora, oficial de marinha, de bela folha de serviços, que foi nomeado governador de uma província ultramarina.

E que aconteceu ao coronel Duval Teles? Nada de mau. As más impressões passaram depressa no espírito da Majestade, porque ela tinha em muito boa conta os talentos militares do coronel que se não me engano, era de engenharia, de valor e mérito absolutos.

### CAPÍTULO III

50 No ano de 1903, comecei a frequentar todas as noites, em que havia espectáculo de ópera, o teatro de S. Carlos, cujo empresário era José Paccini, irmão da cantora Regina Paccini, que mais tarde veio a casar com Maurício Alvear que havia de ser, um dia, Presidente da República Argentina.

Recordo-me com saudade dessas noites de ópera. A elas assistiam muitas vezes El-Rei D. Carlos, sua Esposa, Rainha, a Senhora D. Amélia de Orléans e algumas vezes

Sua Alteza Real o Príncipe D. Luís Filipe. Muitas estrelas célebres no canto, masculinas e femininas, e na dança vieram a Lisboa. A plateia de S. Carlos era digna de respeito, porque tinha a fama da sua sincera opinião sobre o mérito artístico dos cantores, aplaudindo quando eles mereciam e não aplaudindo os que pouco ou nada valiam.

Hoje aplaude-se a mediocridade, porque não há opinião autorizada que distinga o bom do mau. Hoje há somente *claque*, que para mostrar que alguma opinião tem, interrompe a regência do espectáculo para aplaudir um dueto ou um solo ou um coro de nenhum valor e muitas vezes essas interrupções desesperam os maestros que gostam de reger seguidamente.

Apesar de mestre Paccini dar espectáculos duas e três noites seguidas, com a mesma ópera, nós dizíamos mal dele, mas por fim concordávamos que ele não poderia fazer melhor, por absoluta carência de artistas italianos em serviço nos teatros de todo o mundo.

Certo dia, o cartaz anunciou o barítono de grande fama mundial — *Tita Ruffo*. Prometia ele cantar o *Hamlet* de Ambrósio Tomás e dizia-se que ele no *Brinde* era um prodígio.

Foi tal a nomeada dos jornais e o que se dizia nas parlatórios da boa sociedade que quero crer que todas as senhoras se prepararam com os seus melhores atavios de jóias, vestidos e penteados para esta récita que podia ser aclamada de grande gala. A sala estava, na verdade, magnificante. E no ambiente soprava um sussurro profético de grande sucesso. E quando Ruffo entoou os primeiros acordes do *Brinde*, adivinhámos o que ele seria no resto do seu belo e sublime canto.

Quando acabou, a sala levantou-se em peso e nos camarotes as senhoras, de pé, fazendo um friso multicolor, aplaudiam freneticamente. As ovações foram unânimes e pareciam não acabar e quando Tita se dispôs a repetir, o silêncio se fez tão severo que poderia julgar-se uma necrópole abandonada.

Tempos depois, outra noite de grande entusiasmo foi aquela em que Regina Paccini se resolveu a cantar a *Bobéme* de Puccini. As mesmas gerais ovações. A mesma noite de maravilha e ela, sorridente e contente por se ter saído bem numa ópera que não estava no seu gosto.

Nós tivemos em todo o tempo da administração Paccini, muitas noites ovacionais, em que os cantores cantavam três vezes a sua parte e cada vez melhor. E neste momento me recordo do *Rigoletto*, em que na terceira vez, o barítono tinha lágrimas nos olhos e na voz, cantando as suas infelicidades pela filha bem amada que se rendera aos perversos amavios do duque de Mântua.

Mas, não esquecendo, as noites célebres de Garbin na *Fédora*, de GabrieleSCO na *Gioconda*, de Bonci no *Elixir do Amor*, da Belincioni na *Tosca* e duma companhia alemã que veio cantar as óperas wagnerianas, eu recordo com saudade esses tempos muito diferentes destes em que agora vivemos, cheios de atribuições de toda a espécie, na incógnita do dia de amanhã.

## CAPITULO IV

O Doutor Luís Pereira Jardim, 1.º Conde de Valenças, depois de ter exercido o cargo de Ministro de Portugal em Viena de Áustria, esteve em Paris, para alguns dias de descanso.

Como alto personagem, sócio da Academia das Ciências de Lisboa, doutor de capelo em Direito e Par do Reino, foi homenageado por altas personalidades parisienses e na véspera da sua partida para Lisboa, quis oferecer um jantar no hotel onde estava hospedado. Fizeram-se os convites e tudo se preparou para o bom sucesso do banquete. Mas duas horas antes da hora marcada, o Conde de Valenças, recebeu a desistência de três convidados. Ficou desesperado e deu parte ao dono do hotel que lhe disse: — Não desanime, Senhor Conde, V. Ex.ª, telefona para o Café Paris e pede o director Des *Suppléments*, e diz-lhe que lhe faltaram três convidados para um jantar que V. Ex.ª vai dar no hotel onde está hospedado. No Café Paris, há um núcleo de homens de boa educação literária e política que pelos seus desastres na vida se sujeitam a serem chamados para substituírem as pessoas que, por óbvios motivos, não podem comparecer aos jantares para que foram convidados, V. Ex.ª Senhor Conde dirá ao director a qualidade dos seus convidados e ele arranjará tudo, o mais elegantemente possível.

E como o Conde inquirisse qual a despesa a pagar, o dono do hotel teve esta interessante observação: — *Les Suppléments* contentam-se em comer um bom jantar de finas iguarias, bons vinhos, óptimos licores, fumariam puros havanos e ficariam satisfeitíssimos. Quanto ao director, por que eram 3 os convidados, quaisquer 50 francos, para *Frais de correspondance*.

E o Conde de Valenças concluiu a sua narração dizendo: — Era isto que devia fazer-se em Lisboa, porque é desagradável para o dono da casa substituir, à última hora um convidado que não comparece e para a dona da casa, porque não sabe o que deve fazer no arranjo da mesa, na regularidade do serviço, etc. E quantas vezes, acontece que a falta de um comensal não pode ser suprida de repente, porque ninguém gosta de ser convidado à última hora para um jantar de cerimónia.

Pedindo licença, observei que essa ideia da substituição de convivas, para jantares de cerimónia, já se praticava em Lisboa e no Café Martinho, da Arcada do Terreiro do Paço. A V. Ex.ª Senhor Conde, dou-lhe esta indicação e segundo me consta, o Martinho é useiro e vezeiro nessas substituições e todos tem ficado contentes. É verdade que ao Conde de Valbom, Ministro dos Estrangeiros, lhe aconteceu uma surpresa que ao princípio não gostou, mas depois achou-lhe tanta graça que ainda hoje se ri e já vão dois meses. E como os circunstantes pedissem a narração dessa surpresa, visto que eu poderia fazê-la com toda a verdade, estando eu presente, narrei o seguinte: —

52 O Conde de Valbom tinha tudo preparado para um jantar de cerimónia de 18 convivas. A ele deviam assistir o Presidente do Conselho e o ministro da Grã-Bretanha com as respectivas esposas. Mas, à última hora, a Senhora do Ministro adoeceu. Valbom ficou

embaraçadíssimo e recorreu ao Martinho da Arcada que, ao princípio apresentou dificuldades, por se tratar de uma Senhora de grande categoria, mas depois, para satisfazer um pedido tão instante, disse que mandaria uma Senhora inglesa, que fora mestra das meninas Carvalhidos, de fino trato, aspecto simpático e que concerteza se sairia bem do seu papel. A inglesa veio e todos nós que estávamos no segredo, fomos concordes em que ela era *une dame comme il faut*.

O jantar decorria serenamente. Discutiam-se assuntos (visto que o protocolo fora abolido, por ordem do Presidente do Conselho) de toda a espécie, até que se caiu na questão do caminho de ferro de Lourenço Marques, — ponto nevrálgico para alguns ministérios passados que não souberam como o haviam de resolver. Em certo momento houve um silêncio. Serviam-se espargos à Béchamel e todos estavam atentos em saboreá-los. Costuma dizer-se, quando se faz um silêncio entre os interlocutores de uma conversa, que *passa nesse momento um anjo*. Mas desta vez não foi um anjo, mas sim um diabo precursor de uma catástrofe, porque se ouviram estas palavras ditas pela inglesa da Arcada, pausadamente e em bom português: — *Mas, Senhor Conde, se esse Lourenço Marques tanto mal faz a Portugal, porque não o agarram, não o prendem, não o fuzilam?*

Uma avalanche de água gelada caiu sobre todos os convivas, paralisou-lhes os movimentos. Ficariam assim por muito tempo, se o secretário-geral do Ministério dos Estrangeiros não tivesse pedido um minuto de atenção para o que ia dizer. E contou o seguinte:

— Numa vila de Portugal, chamada Boticas, o jardineiro municipal vendo que a terra dos canteiros do jardim público estava levantada em muitos pontos, desconfiou que fosse alguma toupeira que a levantasse e armando uma ratocira, conseguiu apanhá-la. Mas como ela cavava em jardim pertencente à Câmara Municipal, só a esta competia dizer qual o castigo que se lhe devia aplicar. Em sessão e como eram dez os vogais, foram dez as opiniões dos ilustres que queriam enforcá-la viva, morta a golpes de enxada, afogada em água a ferver, condenada à fome, castigada de muitas maneiras e por proposta do presidente foi resolvido *enterrá-la viva?*

A alegria voltou ao rosto dos convivas do jantar. Serviram-se os pudins e os frutos. Nas salas serviu-se o café de S. Paulo, visto que o de Angola ainda não viera à luz do dia. A inglesa deambulou pelos salões, sorriso nos lábios, criticando o que via e ouvia e quando se despediu, foram tantos os *thank you*, que nós julgámos que a gratificação fora choruda.

Mais tarde, encontrando-me com ela no Café Martinho da Arcada, falei-lhe na proposta da prisão de Lourenço Marques e ela me disse que seu pai, quando veio para Portugal se estabelecera em *Saint Ubes* que é, na linguagem portuguesa, *Setúbal*; quando vinha a Lisboa, desembarcava sempre no *Square of black horse* (a Praça do Comércio

ou Terreiro do Paço) e quando falava de Moçambique, nunca disse *Lourenço Marques*, mas sim *Delagoa Bay*. Foi a primeira vez que ouvi citar o nome de Lourenço Marques e julguei que fosse algum preto, como o Gugunhana, que fizesse mal a Portugal e aconselhei a sua prisão e fusilamento!

## CAPITULO V

Um acaso fez-me conhecer, pessoalmente, o diplomata, poeta, brasileiro Dr. Luís de Guimarães que acompanhado de seus filhos, Luís e Horácio, Iracema e Gabriela, veio estabelecer-se em Lisboa, depois do falecimento de sua esposa.

Escolheu a nossa capital para recolhimento do seu espírito e descanso do seu corpo, depois de ter andado, como ministro do Brasil, em várias chancelarias da América e Europa e para não viver em Lisboa, no meio do barulho citadino, foi morar em Algés, que nesse tempo era um burgo de saúde e repouso. Aí viveu e aí morreu, não sabendo eu, onde foi sepultado, se em Lisboa ou no Rio de Janeiro.

Fui muito amigo de seu filho Luís. Eramos da mesma idade. Ele matriculou-se no liceu de Lisboa, porque lhe faltavam algumas disciplinas necessárias para se bacharelar em filosofia pela Universidade de Coimbra, o que aconteceu dois anos depois da sua chegada. Com a carta de bacharel e o resto da família, foi para o Brasil, embrenhou-se na diplomacia, 1.º secretário, conselheiro e por fim ministro em Madrid e embaixador em Roma.

Quando ele esteve em Lisboa a estudar, publicou dois livros de poesias — *Idílios Chineses* e *A aranha e a mosca* que obtiveram sucesso e hoje difíceis de encontrar. Nas chancelarias que percorreu, não eram somente os negócios diplomáticos que o preocupavam, porque o seu talento teve muita ocasião de se manifestar em obras de prosa e verso.

Enquanto esteve em Lisboa, ele e eu eramos companheiros inseparáveis. Regateava para que eu fosse convidado, Luís fazia parte integrante e ele, também me pagava na mesma moeda.

Assim sucedeu, quando o pai de Luís foi convidado pelo Encarregado dos Negócios de França, Senhor de Blondel para um sarau de cerimónia que este dava na sua moradia em Lisboa, Praça da Alegria, n.º 9.

O pai de Luís não foi por estar de luto, mas pediu a Blondel, licença para seu filho Luís o substituir, e levar consigo um amigo, filho de uma personagem portuguesa que fora ministro e que, no momento, era governador do Banco de Portugal.

54 Blondel respondeu que tinha por norma não aceitar apresentações, mas, visto que o Senhor Dr. Luís de Guimarães antigo ministro em legação europeia, onde ambos haviam servido, fazia empenho no que pedia e atendendo a que o apresentado era pessoa de consideração, de boa vontade concordava com o pedido. Exultei. Era o primeiro sarau

de gente fina, elegante e distinta a que assistia. E como eu havia aprendido a dançar a polca, a valsa a dois e a três tempos, a mazurca, sob a direcção de mestre Justino Soares, o professor de artes coreográficas mais em voga naquele tempo, e eu era afamado em modestos bailaricos, como um dançarino infatigável e destro, sentia-me certo de que faria boa figura, num baile, onde pessoas de boa condição apreciariam os meus dotes, abrindo, assim as portas das suas casas e das suas amizades.

E na verdade assim foi. E como eu sabia os segredos das voltas e reviravoltas das valsas, sistema francês, compreendi que teria um grande successo, se pudesse valsar com a dona da casa, Madame De Blondel, a mulher mais bonita e mais elegante de toda a plêiade feminina daquela noite. E digo, sem receio que me desmintam, de toda a Lisboa do meu conhecimento.

Durante algum tempo, entretive-me a observar a Senhora De Blondel, dansando com homens fardados, talvez do mundo diplomático, e sentia-me inferior a estes personagens, mas, súbitamente, o orgulho da minha perícia na valsa revoltou-se e na intenção de, com ela, levantar a sala numa apoteose de bravos e palmas, no melhor francês rebuscado na aprendizagem do idioma no liceu de Santo Antão, dirigi-me a ela e convidei-a para valsar. Ela titubeou em responder que aceitava, mas por fim, como mulher que sabe os seus deveres de boa dona de casa, aceitou.

Logo, nos primeiros passos, compreendi o valor da sua virtuosidade e disse-lhe que, com certeza, nós conseguíamos *épater le bourgeois*.

E à medida que dansávamos e que as nossas voltas e reviravoltas se desenvolviam com destreza e elegância, os outros pares dansarinos iam rareando e nós dois no meio da sala despertávamos a curiosidade. Quando o setexto musical parou de tocar, um indescritível entusiasmo se apossou de toda a assembleia. Não somente, nós dois, merecíamos essa ovação. O sexteto teve boa parte, porque as valsas *Dreaming* e *Fascinação*, nesse tempo de grande successo em saraus elegantes da alta roda, foram tocadas com sentimento e harmonia.

Consegui com o êxito obtido naquela noite, que nunca olvidarei, ser daí em diante recebido em salas, onde fui apreciado, pela minha filiação, e pela minha virtuosidade de homem de sociedade, como um valsista n.º 1.

Digo acima que a Senhora de Blondel era nesse tempo, a mulher mais formosa e elegante de toda a Lisboa. Não devo esquecer uma outra, também do mundo diplomático, a Secretária do Brasil Grimaneza Viana de Lima. Uma loira, a outra morena, qual delas, Páris, o herói troiano, lhes disputaria o prémio da formosura, comparando-as com as lisboetas que as havia, também, de afamados dotes plásticos.

O que é certo é que, transitando as duas, Blondel e Viana de Lima, pelas ruas da capital, o público fazia alas ou parava, para as deixar passar ou quando se juntavam em reunião particular, tinham sempre uma corte de admiradores. E para obstar a esta concorrência, quando se convidava uma não se convidava a outra, e assim se distribuía o prazer de as ouvir falar ou contemplar, em partes iguais.



Aproveito a ocasião para dizer que o Brasil, tanto na monarquia, como na república, foi sempre um bom fornecedor de formoso pessoal feminino diplomático.

A última Senhora com quem valsei num baile que houve no salão do Palace-Hotel do Bussaco, em honra das últimas manobras militares a que assistiu El-Rei D. Carlos, foi a Senhora de Alberto Fialho que com a consuleza Hermantine Pontes faziam as honras da casa, punham e dispunham, como se ditadoras fossem daquela região.

Mas não posso esquecer desse pessoal feminino, a linda Senhora de Itibiré da Cunha, que se não existe, deve ter subido à mansão dos justos e dos bons, porque minorou, enquanto cá esteve, muitos asilos e casas de caridade.

## CAPÍTULO VI

Agora, um pouco de história:

Falecido em 1905, o conselheiro de Estado, chefe do partido regenerador, Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, os altos políticos do partido, Teixeira de Sousa, Campos Henriques, Conde Paçô Vieira, Pimentel Pinto, António de Azevedo Castelo Branco e poucos mais, apesar de todos se julgarem competentes para exercer a chefia, resolveram oferecê-la ao conselheiro de Estado Júlio Marques de Vilhena, a essa tempo governador do Banco de Portugal.

Este aceitou, impondo condições e a sua eleição fez-se no Palácio da Ega, à Junqueira, em Lisboa. Demitiu-se do seu lugar de governador e tomou conta de principal director do *Diário Popular*, para estar livre na sua crítica aos actos do Governo que era nesse tempo exercido pelo conselheiro João Franco Castelo Branco, chefe do partido regenerador-liberal,

Não vamos contar a vida política do Dr. Vilhena, porque toda ela foi descrita por ele em uma obra que escreveu, quando veio a República, intitulada *Antes da República, Notas antobiográficas*.

Este escrito visa mais alto e mais alto que todos só Sua Majestade El-Rei o Senhor D. Carlos I. Também não vou descrever o seu perfil moral e físico. Eles estão magnificamente traçados por Rocha Martins na sua obra *História do Reinado d'El-Rei D. Carlos I.*

El-Rei teve sempre pelo novo chefe do partido regenerador a maior deferência e a maior estima. Pensou, quando faleceu Hintze que o novo Presidente do Conselho seria Júlio de Vilhena, mas uma intriga política movida a favor de João Franco, pelo deputado Carlos Lobo de Ávila, em todo o Paço Real, levou o Rei a julgar que salvava a Monarquia, entregando o poder ao chefe regenerador-liberal, *para corrigir os erros que de longe vinham*.

56

Júlio de Vilhena, quando tomou conta da chefia, encontrou logo um obstáculo a vencer. Devia unir-se ao bloco que o conselheiro José Luciano de Castro, chefe do partido progressista projectava para combater o Governo, que, por vontade do Rei (?) ou por vontade de João Franco (?) se arvorava em ditadura?

Júlio de Vilhena não resolveu de repente. Levou três dias a pesar as condições e a prever as consequências. Por fim uniu-se ao bloco, e tanto nos jornais regeneradores como nos progressistas, começou uma luta da parte de uns e uma teimosia da parte dos outros, que levou o *Diário Popular* a declarar que *tudo aquilo acabaria mal ou por uma tragédia ou por uma revolução*. A frase fez sensação e foi no meio desta acuidade que Júlio de Vilhena recebeu uma carta convidando-o para uma entrevista, com El-Rei, no Palácio da Ajuda.

O que lhe queria D. Carlos? Júlio de Vilhena foi e ao entrar na sala, o Rei, com o mais amável dos sorrisos, deu-lhe as *boas-vindas*, estendendo-lhe as duas mãos, dispensando-o do protocolo e antes de dizer o motivo do convite, chamou-lhe a atenção para umas opúncias que em cima de uma mesa, desabrochavam esplêndidamente.

Vilhena, como cultivador-amador de cactos, sentiu que o Rei lhe tocava na sua corda sensível e dissertou sobre o cultivo científico da planta. Depois falaram de literatura e o Rei elogiou-lhe as suas *Raças históricas na Península Ibérica*, monografia histórica que ele havia escrito e fora elogiada por Herculano, Castilho, Vítor Hugo, Michelet e entrou na política. Discutiram a marcha política do Governo e quando o Rei viu que Vilhena não era um adversário irreduzível e o principal era o conselheiro José Luciano, disse-lhe o bastante para ele prometer que, daí em diante, abrandaria a sua crítica aos actos governamentais!!

Entre tantos assuntos discutidos, a conversa, entre os dois, versou também sobre descendências reais. E o Rei, mostrando a Vilhena uma fotografia de um pequenito vestido de escossês, disse-lhe que o fotografado era sua filha, aquela menina que ele salvara de ficar esmagada, quando numa rua de Londres, ele sofreada as rédeas do cavalo de um «tilbury», que se desbocara. *Das suas relações íntimas ficara aquela prova e era mais um filho a contestar a paternidade real.*

É certo que desde aquela entrevista, o *Diário Popular* abrandou a sua *fúria* oposicionista, mas a amargura da profecia continuou a afirmar-se, até se cumprir no Terreiro do Paço.

Em Lisboa, reunidos os magnates do partido regenerador, Júlio de Vilhena deu parte de tudo quanto se dissera na entrevista, ocultando o caso do filho bastardo de que nunca mais ouviu falar, nem por morte de D. Carlos, nem por morte de El-Rei D. Manuel.

Raul Brandão diz nas suas *Memórias*, que El-Rei era muito gabarola. É possível que misturando as verdades com as mentiras, abusasse na narração das suas aventuras. Que ele havia de as ter, não há dúvida. Ele era um homem forte de bela compleição de cruzamento luso-alemão, era insinuante, era simpático quando falava e nada mais natural que seduzisse as mulheres. Na sociedade lisbonense, havia dois homens, em tudo parecidos com ele. Um era oficial de marinha, o outro capitão de cavalaria quando os vi pela primeira vez e ao vê-los, ainda que me provassem serem filhos de outrem, eu teimaria que eram de D. Carlos. Do oficial de marinha que se despediu da sua

carreira por aquisição de doença africana, diziam os seus íntimos que ele jurara que tinha sangue real, porque sua mãe, ao morrer lhe declarara a sua verdadeira paternidade. O outro, capitão de cavalaria, transitava muito na linha de Cascais, porque namorava a filha de um proprietário. Quantas vezes, dizia ele, tinha de reprimir os brados às armas das sentinelas, dos fortes marginais, porque julgavam ver o Rei, viajando, em inspecção aos mesmos fortes. Ambos já falecidos.

E até hoje, ninguém mais se acusou de ser descendente dos últimos quatro Reis de Portugal.

*João Jardim de Vilhena.*





*Palace of Sintra, from the South*

*Litografia por S. Hagbe*

*PALÁCIO DE SINTRA, VISTO DO SUL*  
DO ALBUM «SCENERY OF PORTUGAL AND SPAIN», DE G VIVIAN

# NORBERTO DE ARAÚJO

FALECEU, HÁ DEZ ANOS,  
O SAUDOSO OLISIPÓGRAFO,  
AUTOR DE  
«PEREGRINAÇÕES DE LISBOA»



Foi há dez anos, em Novembro de 1952, que faleceu Norberto de Araújo.

Escritor e jornalista, deixou assinalada, em artigos e reportagens sem conta, a sua personalidade fulgurante. Arguto, com o sentido profissional desenvolvido no mais alto grau, escreveu páginas empolgantes, em que o sentido humano, a nota curiosa, o comentário adequado às circunstâncias jamais faltavam, ora incisivos, ora superficiais — mas sempre apropriados aos acontecimentos focados.

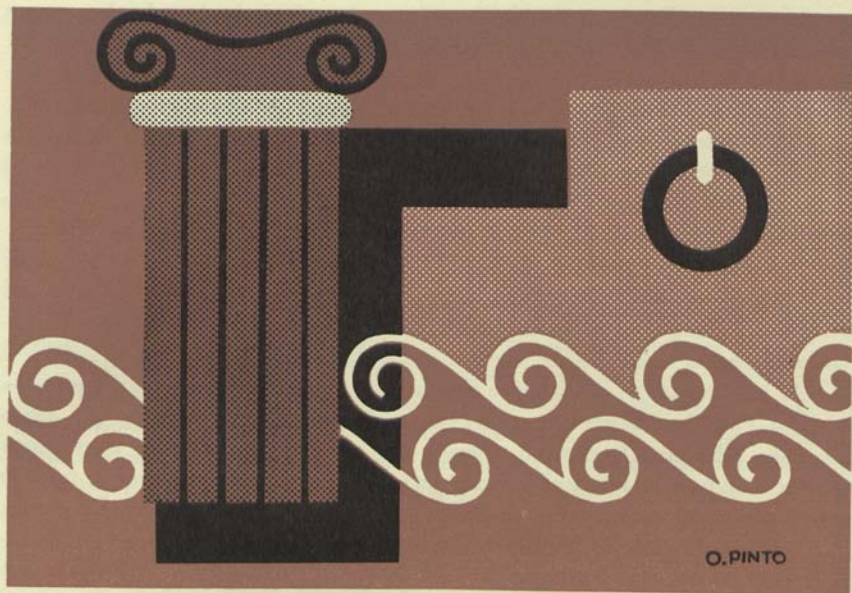
Mas Norberto de Araújo, sobre tudo isso, em que o jeito pessoal de bondade e compreensão eram complemento da figura, tornou o seu nome mais conhecido e mais admirado com valiosos trabalhos sobre Lisboa, de divulgação, cheios de ineditismo e curiosidade, já focando a cidade velha, já identificando alguns dos seus recantos, já avivando o que da respectiva história fora olvidado. Se a obra do jornalista não esquece e por largo tempo será admirada, a do olisipógrafo, essa, mais cuidadosa e mais profunda, há-de perdurar, pelo interesse dos assuntos focados, pelo estilo da escrita saboroso, com laivos castiços lisboetas, pelo afã de esclarecer, divulgar o que a cidade tem de poesia, disperso por aqui e acolá.

Norberto de Araújo, sobretudo, amou Lisboa, sempre enamorado da cidade e dos seus encantos. Amor que o levou longe — ao campo do estudo e da investigação, e o fez autor da maravilhosa evocação *Peregrinações de Lisboa*.

O sentido do popular na boa compreensão do termo, por digno e humano, encontrou no olisipógrafo morto faz agora uma década o panegirista por excelência. Quem o acompanhou, mesmo de longe, em certo ano das Festas da Cidade, a dirigir o cortejo, que ficou famoso, das marchas dos bairros, entende esta outra faceta de Norberto — jornalista, escritor e olisipógrafo — toda feita de bondade e alegria, tanto a recebê-las como oferecê-las, generosa, permanentemente.

Norberto trazia Lisboa no coração. Morreu. Lisboa ficou com Norberto de Araújo no coração.





## *Problemas da Lisboa Romana*

*VESTÍGIOS DE UM CAIS OU DE UMA NECRÓPOLE?*

As nossas principais fontes são aqui (na Lisboa romana) a Arqueologia considerada de modo geral, e a epigrafia, em particular<sup>(1)</sup>.

JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS

**F**rei Luís de Sousa, na sua monumental obra sobre a história da ordem de S. Domingos em Portugal, conta-nos o seguinte:

«Achamos por memorias antigas q̄ entrava por este sitio hũ grãde esteyro do mar, que deuia ter fundo pera agasalhar nauios : do que vimos por nossos olhos certeza, não sò cõjeituras no anno de 1571 quãdo se abrião os alicerces pera o dormitorio

61

(<sup>1</sup>) *Páginas Olistiponenses*, Lisboa, 1959, pág. 62.

que agora serue. Porque se descobrião sylhares de pedraria bẽ laurada, & a partes grossos argollas de brõze trauadas & pendentes della, como em caiz, pera seruirẽ de amarrar nauios : e por outra parte mõtes de casca de marisco. Donde não fica sendo marauilha que ouuesse outro tal esteyro, que subisse atẽ o Mosteyro de Chellas»<sup>(2)</sup>.

Foi decerto neste trecho que se baseou Vieira da Silva para escrever dois passos do seu livro sobre as muralhas muçulmanas de Lisboa. E dizemos *decerto*, porque há certas discrepâncias entre esses trechos, as quais podem suscitar dúvidas. Assim, o autor, em nota do pé de página, dá-nos a seguinte indicação bibliográfica: «Historia de S. Domingos, por Frei Luis de Sousa, Livro I, 1.ª edição, pág. 313»<sup>(3)</sup>. Sucede que a primeira edição dessa obra, que tem as folhas numeradas e não as páginas, inclui na folha 313 as últimas linhas do capítulo II e parte do capítulo III do Livro V, tratando de assunto bem diferente, como se verifica pelo título do capítulo III: «Pede o Cabido Juiz Apostólico ao Pontifice pera a causa dos embargos que tinha posto ao mosteiro. Pede dona Maria licença pera fundar. Da se o Juiz, & da-se licença», sendo essa folha aliás quase literalmente ocupada pelo texto latino da licença. Deve porém tratar-se dum lapso do illustre olisipógrafo, pois a prosa de Vieira da Silva quase coincide com o passo que transcrevemos de Frei Luís de Sousa, como se verifica facilmente:

«Conta Frei Luís de Sousa que ao abrirem-se em 1571 os alicerces para um dormitório do convento de S. Domingos, no Rossio, apareceram, (...) pedras de cantaria bem trabalhadas, com argolas de bronze, como de caes, para amarração de navios, que o escritor attribuiu com probabilidade à epoca romana, concluindo que havia um esteiro do Tejo penetrando pelo vale da cidade Baixa, e navegavel até ali, pelo menos.

Frei Luiz de Sousa fala-nos num caes e cascas de marisco que no local da nossa Praça da Figueira, ou nas suas vizinhanças, foram descobertas quando se abriram os caboucos para um dormitorio do convento de S. Domingos, que por ele foram attribuidos a proveniência romana como já dissemos, mas não nos deixou esclarecimentos sôbre o sitio exacto, profundidade a que estavam, nem pormenores que nos possam elucidar sobre a sua origem, nem presumir se deveriam ser attribuidos aos romanos, ou a outro povo occupador mais antigo, resultando desta falta de esclarecimentos pouco valor documental para a informação do cronista de S. Domingos, relativamente à origem romana do muro do caes»<sup>(4)</sup>.

---

<sup>(2)</sup> *Primeira Parte da História de S. Domingos*, Livro III, cap. XVII, fol. 165 r., Benfica, MDCXXXIII, D. Rodrigo da Cunha na sua *História Ecclesiástica da Igreja de Lisboa*, Lisboa, 1642, (parte II, cap. XXXIV, fol. 159 v., § 1) refere-se ao «esteiro q̃ até ali chegaua, de q̃ não ha muitos annos se acharão grãdes vestígios». Certamente que se tratam das ruínas descritas por Frei Luís de Sousa.

<sup>(3)</sup> *A Cerca Moura de Lisboa*, 2.ª edição, Lisboa, 1939, pág. 13, nota 3.

<sup>(4)</sup> *A Cerca Moura de Lisboa*, págs. 13 e 22-23.



Parece-nos, pois, termos de admitir que Vieira da Silva se fundamentou no citado trecho de Frei Luís de Sousa, tendo porém havido engano, ou até gralha, na referência bibliográfica e ainda um pequeno lapso no resumo que dele fez: afirma ter o cronista dominicano considerado as ruínas como romanas, quando ele na verdade não as atribuiu a qualquer povo ou época, o que de resto não lhe interessava, pois apenas procurava comprovar que chegara outrora — e não em qualquer data em particular — ao local do convento de S. Domingos, um esteiro navegável. Mas quer-nos parecer que os «sylhares de pedraria bẽ laurada» podem ser considerados como possivelmente romanos. Assim os interpretou naturalmente Vieira da Silva e decerto por lapso atribuiu a sua própria interpretação ao historiador de seiscentos.

Mas para além deste pequeno problema, encontra-se a principal questão que a notícia de Frei Luís de Sousa suscita: que valor lhe podemos atribuir?

Três aspectos essenciais parece acharem-se contidos na passagem já transcrita:

1.º) Em «memorias antigas» dizia-se que um esteiro navegável chegava ao local do convento de S. Domingos, informação a que Frei Luís de Sousa parece não dar muito crédito, pois pondo-a em contraste com as suas observações diz: «do que vimos por nossos olhos certeza, não so cõjeituras».

2.º) Em 1571, ao abrirem-se os alicerces para o dormitório do convento, encontraram-se «sylhares de pedraria bẽ laurada, & a partes grossas argollas de brõze trauadas & pendentes della, como em caiz, pera seruirẽ de amarrar nauios : e por outra parte mõtes de casca de marisco».

3.º) Destas descobertas deduz Frei Luís de Sousa: «donde não fica sendo marauilha que ouesse *outro* tal esteyro, que subisse até o Mosteyro de Chellas», isto é, admite a existência dum esteiro navegável até ao local do convento de S. Domingos em virtude da descoberta das ruínas que interpreta como sendo os restos dum cais.

Mas poderemos nós aceitar a interpretação de Frei Luís de Sousa? Parece-nos que não.

Note-se, em primeiro lugar, que a existência de «mõtes de casca de marisco» junto da construção não implica que esta fosse um cais, pois as águas poderiam ter aí chegado num período anterior ao da construção. Assim sucede no subsolo da Praça da Figueira, portanto bem perto do local das descobertas de 1571, onde observámos, quando integrados na equipa que aí trabalhou sob a orientação do Sr. Dr. Fernando Bandeira Ferreira, a quem a Junta Nacional de Educação entregara a chefia das escavações, sob as ruínas dum edifício funerário romano, numerosas conchas de marisco.

Além disso, o facto da construção aparecida em 1571 mostrar «sylharia de pedraria bẽ laurada», leva-nos a pensar numa construção romana, tanto mais que entre as ruínas encontradas durante as referidas escavações no subsolo da Praça da Figueira, isto é, muito perto do convento de S. Domingos, se encontraram algumas que, com inteira correcção, podiam ser descritas nesses mesmos termos. Simplesmente não nos parece admissível a existência dum cais romano no local onde se ergue o convento de S. Domingos.

Referindo-se a uma sondagem efectuada no século passado, diz-nos o geólogo Paul Choffat:

«Sondage de 101 metres de profondeur a été foré la partie nord de Praça da Figueira, c'est-à-dire à la jonction des deux grandes vallées (...) Altitude du terrain, 10<sup>m</sup>,60 au dessus du niveau moyen du Taje (13<sup>m</sup>,44 au dessus des eaux les plus basses).

a) Alluvions

1 — Remblais et argile sablonneuse . . . . .	12 <sup>m</sup> .00	—
2 — Sable terreux probablement alluvies . . .	7 <sup>m</sup> .50	19 <sup>m</sup> .50 <sup>(v)</sup>

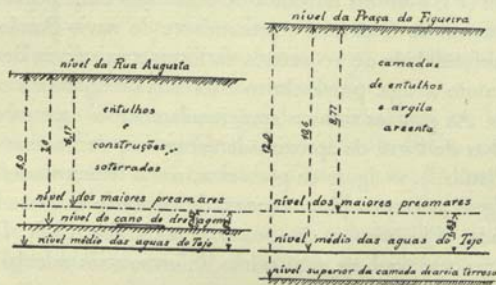
Posteriormente e já neste século, no quarteirão delimitado pelas ruas Augusta, da Assunção, do Arco Bandeira e de S. Justa e quando das obras para construção do edifício destinado à sede da Companhia Geral de Crédito Predial, fizeram-se escavações e descobertas, que assim foram descritas por Vieira da Silva: «encontraram-se entulhos recentes até cerca de 4 metros de profundidade; a essa fundura descobriram-se as bases dos alicerces dos prédios laterais e do demolido, os quais assentavam em grades formadas por quatro troncos de pinheiros dispostos longitudinalmente, e por pedaços de troncos mais delgados dispostos transversalmente sobre os primeiros. (...) A profundidade de 4 metros relativamente ao nível da Rua Augusta começava uma camada de argila compacta, que se prolongava até 8 metros de profundidade. A esta fundura existia areia, que era porventura da praia do esteiro do Tejo, que entrava pelo vale da Baixa. (...) A 7<sup>m</sup>,5 de profundidade, descobriu-se um cano de tijoleiras de barro de 50 cm x 36 cm e 2<sup>cm</sup>,5 de espessura média, (...) Essas tijoleiras tinham duas abas de 6 cm de largura, ao longo dos lados maiores, e voltadas para o mesmo lado; e em sitios correspondentes nas duas abas havia uns rebaixos para imbricação com 2<sup>cm</sup>,5 de profundidade, e na extensão de 11 cm. As tijoleiras estavam dispostas em duas filas, unindo-se pelos bordos das abas superiores, e divergindo para baixo, (...) formando um cano com secção triangular isósceles. Os bordos das abas entravam nas reentrâncias das abas das tijoleiras seguintes, mas ficando uns intervalos com 1<sup>cm</sup>,5 de largura entre as tijoleiras sucessivas, em toda a altura das faces das mesmas. Esse intervalo denuncia a aplicação daquelas tijoleiras para a drenagem do terreno»<sup>(v)</sup>.

Considerou Vieira da Silva esse cano de drenagem, romano, como logo o indica o título do artigo em que noticia o seu aparecimento: *Um tubo de drenagem romano encontrado numa escavação em Lisboa*. Essa é na verdade a atribuição mais plausível dado o aspecto das tijoleiras.

<sup>(v)</sup> *Etude Géologique du Tunnel du Rocio — Contribution à la Connaissance du sous-sol de Lisbonne*, Lisbonne, 1889, pág. 65.

<sup>(v)</sup> *Um tubo de drenagem romano encontrado numa escavação em Lisboa*, in «O Archeologo Português», Lisboa, 1922, vol. XXV, págs. 180-3.

Conjugando estes elementos e os recolhidos por Choffat, Vieira da Silva elaborou os seguintes cortes (7) que o levaram a afirmar: «no sítio do edifício do Crédito Predial, já no tempo do domínio romano se achava o fundo do esteiro muito mais alteado, como vimos, e como a sedimentação começa de montante para jusante dos córregos dos vales, é mais provável que no sítio da Praça da Figueira o nível do fundo já estivesse então mais alto do que o que encontramos no local do Crédito Predial, isto é, que o nível dos sedimentos e entulhos se elevasse acima dos 83 cm que no primeiro local ainda eram cobertos pelas marés das águas vivas» (8):



Estes cálculos de Vieira da Silva parece-nos apresentarem uma deficiência: admitir que o nível das águas do Tejo, em Lisboa e na época romana, seria idêntico ao actual, quando na verdade diversos factores nos levam a pensar que seria mais baixo e consequentemente que as águas do Tejo avançariam ainda menos, mesmo nas marés vivas.

A destruição sofrida por várias construções romanas existentes no nosso território, pode ser atribuída a uma subida de nível do oceano ou à erosão. Mas as ruínas encontradas a um nível inferior do actual nível das águas do mar, essas provam evidentemente que, na época, era inferior ao actual o nível do oceano. É o caso de Budens onde o maremoto de 1755 pôs a descoberto ruínas aparentemente romanas: «sahindo o mar do seo curso lancando fora as areas de hua pequena praya (...) se descobrirão fundamentos de avultada povoação q̄ continuava para a parte do mar, pois no abrir das ondes se tirarão a montes as pedras soltas de destruidos edefícios (...) na pequena parte, q̄ perto das ondas as areas descobrirão vi e observei muitas pedras de cantaria bem fabricadas e principios de edefícios» (9). Posteriormente Baptista da Silva Lopes, referindo-se ao maremoto e às mesmas ruínas, disse: «Na ressaca deixou descobertos

(7) *A Cerca Moura de Lisboa*, pág. 20.

(8) *A Cerca Moura de Lisboa*, págs. 21-22.

(9) Memória do Cura Ricardo Alves Temudo, de 2 de Abril de 1758, inserta no *Dicionário Geográfico de Portugal*, vol. VII, pág. 1309. Manuscrito do A. N. T. T.

na praia, à borda de água, uns grandes e nobres edifícios, de que não havia memória nem tradição. Não se pode determinar a sua extensão por estarem muito debaixo de água por uma parte, e na outra bate-lhe a maré: indicam porém ter sido de grande povoação» (10). É mais recentemente Estácio da Veiga descreve o local afirmando haver «entre as ruínas descobertas e o mar, copioso alastramento de pedras bem trabalhadas e muitos fragmentos de paredes, que o mar por vezes deixa ver envolvidos no seu fundo areoso» (11).

Perto de Portimão também o maremoto de 1755 pôs a descoberto ruínas que parecem ser romanas (12), e «nuns trabalhos de destruição duns pegadilhos existentes no fundo do mar em frente da Quarteira o comandante do navio Patrão Lopes relata que o mergulhador à profundidade de 10 metros verificou a existência de ruínas de paredes duma construção, muito antiga, provavelmente romana ou anterior à ocupação da península por estes povos. As paredes tinham aproximadamente a espessura de metro e meio e embebidas manilhas de barro de aproximadamente dois decímetros de diâmetro» (13).

Em Tróia (Setúbal), as águas da preia-mar, como tivemos ocasião de observar por diversas vezes, atingem as construções romanas, de tal modo que nos indicam que nessa época o nível do Sado, aí idêntico ao do Oceano, era inferior. O Sr. Dr. Fernando Bandeira Ferreira, que tão bem conhece essas ruínas, informou-nos calcular essa diferença em cerca de 2 metros.

As termas romanas que se encontram no subsolo da Rua da Prata estão «à babugem da agua do antigo celeiro (sic) do Tejo» no dizer do Sr. Matos Sequeira (14) que em 1934 as visitou; e Vieira da Silva, que estudou com cuidado essas ruínas, afirma que «o estabelecimento (isto é, as termas) seria fundado numa cota sensivelmente igual à do rio» (15) o que nos leva igualmente a pensar que o nível do Tejo, em Lisboa idêntico ao do oceano, seria então inferior ao actual.

Num estudo sobre o litoral entre os rios Tejo e Douro, escreveu Carlos Ribeiro: «Perto do sítio da Senhora da Vitória, onde agora é mar, diz a tradição que existira outrora uma vila conhecida pelo nome de Paredes. O certo é que ainda há bem poucos

---

(10) *Corografia ou Memória Económica Estatística e Topográfica do Reino do Algarve*, Lisboa, 1841, pág. 222.

(11) *Antiguidades Monumentais do Algarve*, in «O Archeologo Português», Lisboa, 1910, vol. XV, pág. 213.

(12) Baptista da Silva Lopes. *Ob. cit.*, pág. 269.

(13) Carlos Freire de Andrade: *Os Vales Submarinos Portugueses e o Diastrofismo das Berlengas e da Estremadura*, Lisboa, 1937, pág. 174. O autor baseia-se no «Relatório da Comissão desempenhada pelo N. S. Patrão Lopes de 7 a 11 de Julho de 1930» de Monteiro Barros.

(14) «Século» n.º 18841, de 26 de Agosto de 1934, pág. 1. Anteriormente nas páginas que consagrou a essas ruínas (*Depois do Terremoto*, Coimbra, 1933, vol. IV, pág. 312) fez idêntica afirmação. Quanto à sua tese, aliás interessante, de que não se trata das ruínas de uma construção romana, parece-nos que Vieira da Silva no estudo citado na nota seguinte, demonstrou convincentemente o contrário.

(15) A. Vieira da Silva: *As Termas Romanas da Rua da Prata em Lisboa*, in *Dispersos*, Lisboa, 1960, vol. II, pág. 398.

anos se viam naquelas paragens, sepultados no oceano, restos de construções e lápides com inscrições romanas, uma das quais, segundo me informaram, existia em poder do padre Manuel Ribeiro, residente em Pataias» (16).

Parece pois não haver dúvidas de que o nível do oceano na actualidade é mais elevado do que no período romano, motivo por que diversas ruínas romanas se encontram submersas. E se a destruição de outras pelo oceano pode ser explicada pela erosão marítima, o aparecimento de ruínas romanas submersas só pode ser explicado, segundo cremos, por diferenças de níveis.

O Doutor Fernandes Martins considera como averiguada a existência dum litoral da época luso-romana que «se estendia ao largo das ruínas, hoje submersas, de edifícios contemporâneos do Império», cuja posição marcou num diagrama da sua autoria. Uma reprodução do referido diagrama ilustra este estudo (17).

Considerando estes factos e ainda que na Rua Augusta, no local onde se encontra o edifício da sede da Companhia Geral de Crédito Predial, o solo na época romana estava 1 metro acima do actual nível médio do Tejo e apenas 83 cms abaixo das maiores preia-mares actuais, concluímos que mesmo que a diferença de nível do oceano, para a época romana, fosse apenas de 1 metro a menos, e decerto que a diferença era maior, mesmo assim, as águas do Tejo, cujo nível defronte de Lisboa é idêntico ao do oceano, nem nas maiores preia-mares atingiam o local da Rua Augusta no sítio onde se encontra a sede da Companhia Geral de Crédito Predial. E o mesmo sucedia portanto para os locais mais elevados situados a montante, nomeadamente na Praça da Figueira e no local onde se ergueu o convento de S. Domingos. E como não é possível pensar que fosse navegável a pequena ribeira que desde o Areiro corria até ao esteiro, temos de pôr de parte a possibilidade de, no local do convento de S. Domingos, ter existido um cais romano.

★

Segundo o anónimo de Nápoles, no século XVI encontrava-se «a San Domyngos» uma lápide romana, que assim é apresentada por Hübner (18):

Q · CAESIVS · Q · F · GAL  
FVNDANVS AN XXV  
H · S · E ·

Esta lápide fúnebre deve ter desaparecido pouco tempo depois, porque nenhum autor a voltou a descrever.

---

(16) Carlos Ribeiro: *Breve Notícia Acerca da Constituição Physica e Geologica da Parte de Portugal comprehendida entre os Valles do Tejo e do Douro*, Lisboa, 1870, pág. 10.

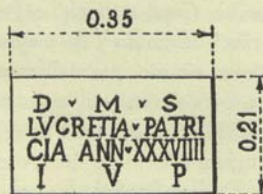
(17) *A Configuração do Litoral Português no Ultimo Quartel do séc. XIV*, in «Biblos», Coimbra, 1946, vol. XXII, tomo I, págs. 174 e 175.

(18) *Corpus Inscriptionum Latinarum*, Beroljini, 1869, vol. II, pág. 693, n.º 4997.

Em 1898 fizeram-se escavações no Largo de S. Domingos, tendo aparecido então vestígios de construções, tijolos rectangulares, alguns dos quais grosseiramente marcados com um sinal parecido com um N, grãos de trigo carbonizados<sup>(19)</sup>, ossadas e duas inscrições romanas, materiais estes que J. Leite de Vasconcelos considerou de certo posteriores ao século II da era cristã<sup>(20)</sup>.

Um pouco mais acima, na encosta do Monte de Sant'Ana, onde actualmente se cruza a calçada desse nome com a do Garcia, encontraram-se diversas urnas funerárias contendo cinzas, pedaços de ossos queimados e vasos lacrimatórios<sup>(21)</sup>.

Uma das inscrições aparecidas é também funerária e mereceu a José Leite de Vasconcelos os seguintes comentários: «Como o 3.º I na palavra LVCRITIA vale por T, pode supor-se que na 3.ª linha também o valha, vindo pois nós a ter T(*itulum v(iva)*)

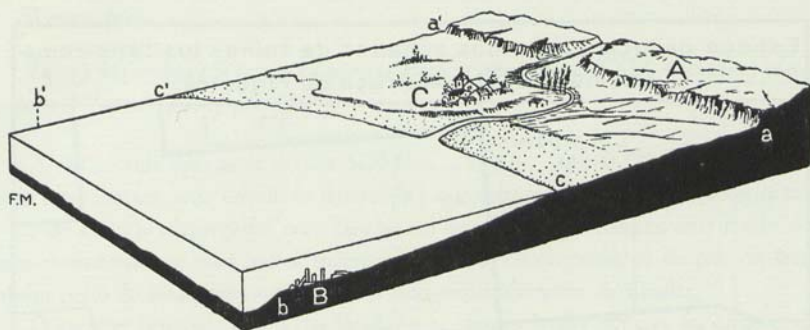


*p(osuti)*, pois que esta fórmula não destoa de muitas outras que há semelhantes. Pode também supor-se que I significa *i(ussit)*, sendo então a fórmula I. V. P. equivalente a *i(ussit) v(iva) p(oni)*. Em qualquer dos casos, como uma inscrição em que se indica a idade da falecida não podia ser gravada em vida desta, — pois a indicação da idade não foi acrescentada posteriormente, o que se conhece do gravado, — deve admitir-se que com a expressão *V(iva)* se quis significar que Lucrecia Patricio mandou em vida fazer, não a inscrição, mas o conjunto do monumento, a que depois da morte se agregou a placa calcária com o letreiro fúnebre. Se se quisesse significar que Lucrecia mandou que se lhe fizesse o monumento depois da morte, não se escreveria *V(iva)*, escrever-se-ia *Ex Testamento*.

(19) «Em um armário do Pavimento II do Museu Etnológico Português, existe um tubo de vidro, com trigo procedente de algum estrato romano do subsolo de Lisboa, junto à Igreja de S. Domingos; a variedade parece ser a mesma que, no Outeiro da Assenta, a de sementes mais curtas e ovulares». Félix Alves Pereira: *Estação Arqueológica do Outeiro da Assenta*, in «O Archeologo Português», Lisboa, 1915, vol. XX, pág. 145.

(20) José Leite de Vasconcelos: *Páginas Olisiponenses*, pág. 166.

(21) Apontamentos manuscritos da autoria de José Valentim transcritos por Júlio de Castilho na *Lisboa Antiga — Bairros Orientais*, 2.ª edição, Lisboa, 1933, vol. I, págs. 173-176.



A «LINHA DOS TERRENOS QUATERNARIOS» (aa') E TRÊS LITORAIS ANTROPOZÓICOS (aa', bb' e cc')

A — estação mesolítica

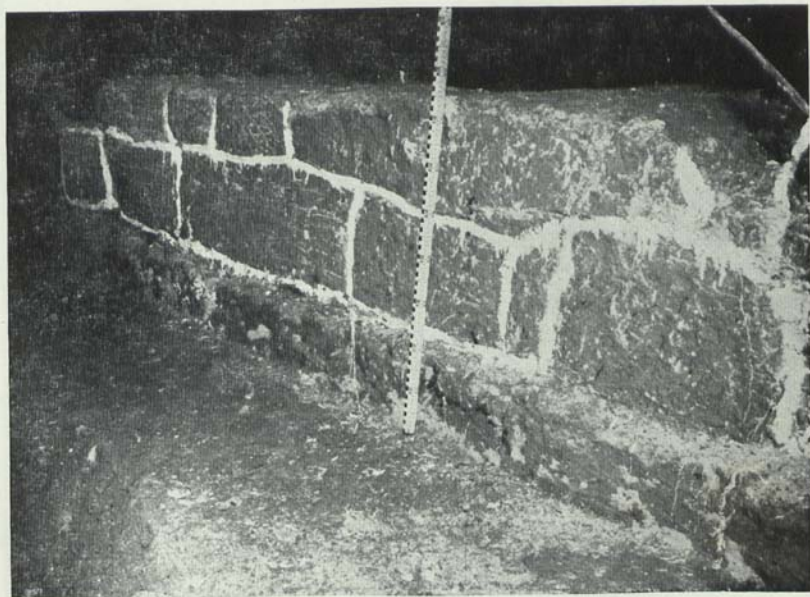
B — ruínas submersas de edifícios romanos

C — póvoa medieval

aa' — limite dos depósitos flandrianos e linha de costa mesolítica

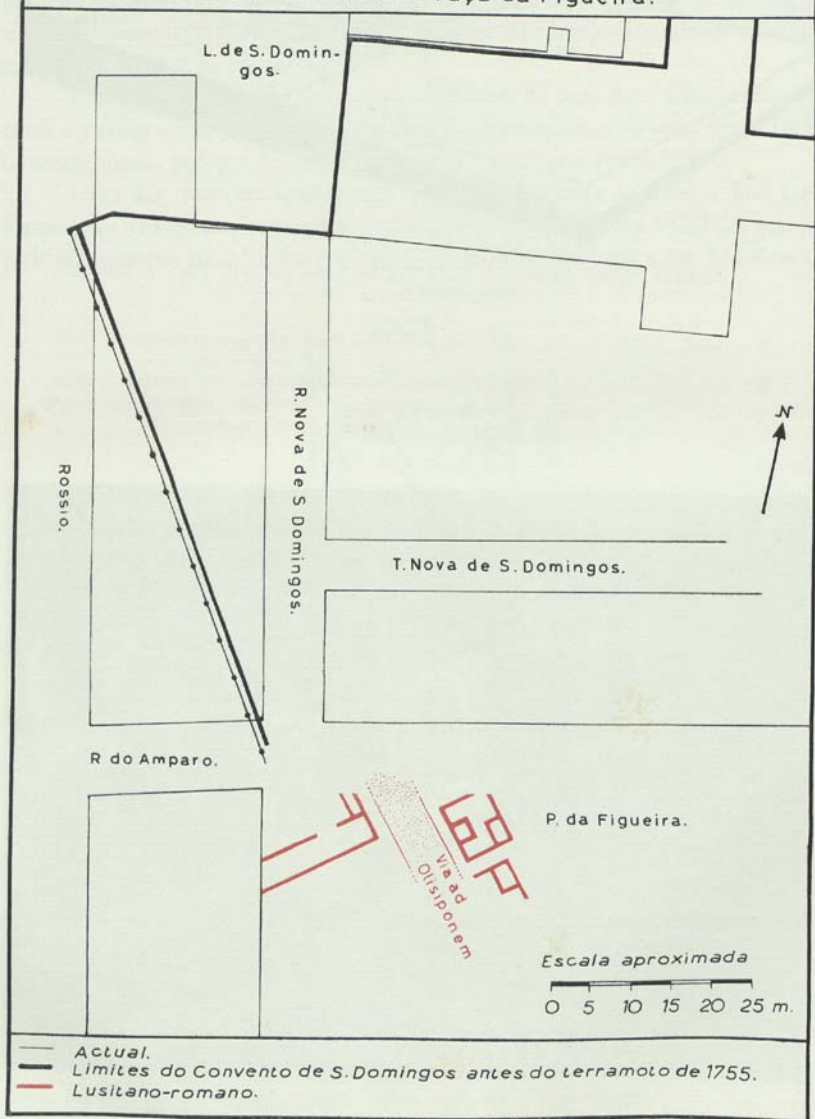
bb' — litoral coevo da povoação romana

cc' — orla marítima medieval, conservada até aos nossos dias



Uma das paredes da necrópole encontrada no subsolo da Praça da Figueira, que bem poderia ser descrita como um «sylhar de pedraria bē laurada», tal qual o fez Frei Luis de Sousa para a ruína descoberta no séc. XVI

Esboço da localização dos achados de ruínas lusitano-romanas no subsolo da Praça da Figueira.





Temos pois:

*D(iis) M(anibus) S(acrum) Lucretia Patricia ann(orum) XXIX t(itulum) v(iva) p(osuit) vel i(ussit) v(iva) p(oni)* <sup>(22)</sup>.

A outra onde apenas se decifra SOM| . . . . |O| . . . . II <sup>(23)</sup> poderia também ter tido esse carácter, mas devido às destruições que sofreu, não a podemos reconstituir.

Não estando empregadas essas lápidas em construções posteriores, mas tendo sido achadas conjuntamente com outros materiais romanos, encontravam-se decerto no local, ou muito perto do local, para onde tinham sido primitivamente destinadas.

O carácter funerário duma das lápidas e as circunstâncias em que foi encontrada, o facto de ter aí existido uma outra inscrição romana também funerária, o aparecimento de restos de construções, de ossadas e de urnas funerárias, levam-nos a pensar que no actual Largo de S. Domingos e na encosta do monte de Sant'Ana existiu no período romano, uma necrópole.

Favorecendo esta hipótese, há a circunstância de se ter encontrado recentemente, na Praça da Figueira, ruínas duma necrópole, que o Sr. Dr. Fernando Bandeira Ferreira, numa entrevista concedida ao *Diário de Lisboa* e publicada em 25 de Março de 1962, descreveu do seguinte modo: «Iniciadas as escavações sistemáticas logo se descobriram duas edificações de carácter funerários contendo numerosas sepulturas de incineração. Junto delas, foram também encontradas duas sepulturas de inumação. O conjunto constitui um dos cemitérios da velha Olisipo. O nível daquelas edificações encontra-se a seis metros do das ruínas do Hospital de Todos-os-Santos. Pelos elementos extremamente abundantes, colhidos até ao momento — em pouco mais de um mês de escavações foi já retirada mais de tonelada e meia de material —, parece poder datar-se a parte mais rica do nível lusitano-romano dos séculos I e II d. C. Com efeito a terra sigilata, as lucernas, as inscrições, os pequenos recipientes de vidro e outros elementos, apontam-nos esse período primitivo da Época Imperial. No entanto, não faltam elementos que documentassem séculos mais tardios, nomeadamente o III e IV d. C.».

E não sendo de admitir, segundo nos parece, que tivessem existido na mesma época duas necrópoles tão próximas, temos de concluir que as ruínas e os materiais encontrados recentemente na Praça da Figueira e as ruínas e materiais encontrados no Largo de S. Domingos e na encosta do monte de Sant'Ana, no século passado, são vestígios duma mesma necrópole romana de Olisipo.

---

<sup>(22)</sup> *Páginas Olisiponenses*, págs. 167-8.

<sup>(23)</sup> J. Leite de Vasconcelhos: *Páginas Olisiponenses*, pág. 166.

Tal conclusão é reforçada pelo facto de as urnas funerárias encontradas na Calçada do Garcia terem, tanto quanto o permite avaliar a descrição de José Valentim, aspecto semelhante às que foram descobertas no subsolo da Praça da Figueira<sup>(24)</sup>.

Entre os dois locais ficava o convento de S. Domingos. Por isso somos levados a ligar os «sylhares de pedraria bẽ laurada» com essa necrópole. Sucede que, durante as explorações efectuadas no subsolo da Praça da Figueira, apareceu junto da necrópole um troço duma via romana que se dirigia, segundo parece, precisamente para o local do convento de S. Domingos. Estaria a construção relacionada com a estrada romana? É possível.

A descrição de Frei Luís de Sousa, se é fiel, deixa-nos apenas antever «sylhares de pedraria bẽ laurada» com «grossas argollas de brõze trauadas & pendentes della». Restos dum edificio, tendo as argolas uma função meramente ornamental? Ou serviriam as argolas para prender animais?<sup>(25)</sup>. Hipóteses possíveis de pôr, mas que nos é impossível comprovar.

Acontece que a via romana descoberta no subsolo da Praça da Figueira parece dirigir-se precisamente para a zona do convento de S. Domingos, onde, segundo Júlio de Castilho, ficavam os dormitórios, isto é, para a parte confinante com o Rossio<sup>(26)</sup>, pelo que podemos relacionar com a estrada, essa parede com argolas, e a considerá-la como um muro ou parede de edificio, decerto da necrópole, junto da estrada e cujas argolas serviriam para prender os animais. O sr. Dr. Fernando Bandeira Ferreira chamou-nos a atenção para o facto de nas estradas romanas existirem bancos que serviam para ajudar os cavaleiros a montar. Natural seria que nesses locais existisse algo onde se prendessem os cavalos. Seria essa a utilidade das argolas descobertas em 1571? É possível, talvez provável, mas indemonstrável, pelo menos por agora. Outras hipóteses se poderiam ainda apresentar, mas decerto menos prováveis. Por isso, ficamos-nos por aqui.

Estendia-se a necrópole desde a Praça da Figueira pelo Largo de S. Domingos, até ao monte de Sant'Ana. Como não é muito provável que a ribeira que vinha desde o Areiro e desaguava no esteiro cortasse a necrópole, somos levados a admitir a hipótese, que a orografia local torna viável, de que essa ribeira passasse entre a necrópole e a base do monte do Castelo de S. Jorge.

---

(24) Na secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa, na sua reunião de 17 de Maio de 1962, ouvimos uma comunicação do Sr. João José Fernandes Gomes sobre as urnas funerárias encontradas no subsolo da Praça da Figueira. Um resumo desse trabalho, assim como das duas comunicações do Sr. Dr. Fernando Bandeira Ferreira e da comunicação do Sr. Eduardo Prescott Vicente, todas elas também sobre as explorações da mesma necrópole, deverá aparecer no «Boletim» da Sociedade de Geografia de Lisboa, no tomo referente ao 2.º trimestre de 1962.

72 (25) A nossa colega Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> D. Maria Fernanda O. Marques teve a amabilidade, que muito agradecemos, de nos informar durante a revisão das provas deste estudo, de que tinha ideia de ter visto em Pompeia uma parede com argolas semelhantes às que entre nós se utilizam para prender animais.

(26) *Lisboa Antiga — Bairros Orientais*, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, 1937, vol. X, págs. 85-86.



Diz o documento que ele passava por debaixo não da rua da praça da Palha, mas dos prédios da rua da praça da Palha<sup>(29)</sup>. Como o cano vinha do lado oriental passaria portanto por debaixo dos prédios do lado oriental da praça, isto é, do quarteirão limitado pelo beco da Estalagem, pela Betesga e pela referida praça. Diz também o documento que o cano passaria pela rua dos Canos — e daí o topónimo — e pelo mosteiro de S. Domingos. Ligando por uma linha recta<sup>(30)</sup> o términos dessa rua, que era na cerca do mosteiro, com o quarteirão acima referido, verifica-se que essa linha corta parte da cerca oriental do mosteiro e atravessa a zona da actual praça da Figueira, precisamente na parte compreendida entre a necrópole romana e o monte do castelo. Tal devia ser também, aproximadamente, o percurso do cano e decerto, anteriormente, da ribeira.

Este documento seiscentista parece estar em contradição com um outro de 1424, onde se fala em «hũa almoynha que o dito moesteiro ha dentro na cerca da dita cidade a qual he antre o muro e canos da porta de sam Bicente e moesteiro de sam Domingos»<sup>(31)</sup>. Ficando a almoynha entre o mosteiro e o cano, parece que este não devia passar pelo interior daquele. Contudo, examinando um pouco mais demoradamente o caso, verifica-se que tal contradição não existe.

Em primeiro lugar porque ela pode ser devida à circunstância de o documento quatrocentista se referir à construção monástica e, como concluímos da conjugação do documento seiscentista com a planta de 1750, o cano passaria pela extremidade da cerca e não por debaixo do mosteiro propriamente dito, que ainda ficava um pouco afastado. Mas mesmo que assim não tivesse sucedido, por modo diferente e até mais fácil, se pode eliminar essa aparente contradição. Reparando na planta de 1750 e lembrando-nos que o cano continuava pela rua dos Canos acima atravessava a muralha Fernandina e a rua de S. Vicente à Guia<sup>(32)</sup> e se prolongava até Arroios, verifica-se que uma propriedade situada por exemplo entre a Barroca Pequena e as ruas detrás de S. Domingos e dos Canos, se podia indicar como situada entre o mosteiro de S. Domingos e o cano que vinha de Arroios.

---

(29) A expressão «rua da praça da Palha» é intrigante, pois não se encontra na planta de Lisboa antes do terremoto essa rua, mas apenas a praça e o largo da Palha. Veja-se por exemplo a planta inserta no final do 3.º vol. da *Lisboa de Lés-a-Lés* de Luís Pastor de Macedo. Como porém se verifica, pela mesma planta, que essa praça devia parecer uma rua, daí talvez a designação de «rua da praça».

(30) Decerto se refere a este cano a notícia inserta num jornal do início do século actual, onde se registava a existência no subsolo da rua da Betesga de um cano ou galeria, que seguia «em linha recta até ao fim da praça da Figueira». Ver *O Archeologo Português*, Lisboa, 1903, vol. III, págs. 311-312.

74 (31) *Livro 84 de S. Vicente*, fol. 378 v. transcrito por Pedro de Azevedo: *Do Arceiro à Mouraria* in «O Archeologo Português», Lisboa, 1900, vol. V, pág. 260.

(32) O percurso do cano nesta zona foi determinado com bastante rigor por Vieira da Silva. Veja-se *A Cerca Fernandina de Lisboa*, Lisboa, 1948, vol. I, págs. 52-57 e mapa II e *Sítio e Palácio do Marquês de Alegrete* in *Dispersos*, Lisboa, 1954, vol. I, págs. 331 e 337-338.



Resumindo, podemos estabelecer as seguintes hipóteses:

- 1.º) As ruínas encontradas em 1571 e descritas por Frei Luís de Sousa não são decerto restos dum cais, mas talvez duma construção relacionável com a necrópole ou a via romana, cujos vestígios foram recentemente descobertos.
- 2.º) Esta necrópole estendia-se entre a Praça da Figueira e a encosta do Monte de Sant'Ana, incluindo o Largo de S. Domingos.
- 3.º) A ribeira que vinha do Areiro passava possivelmente entre essa necrópole e a base do monte do Castelo <sup>(80)</sup>.

*Fernando Castelo- Branco.*

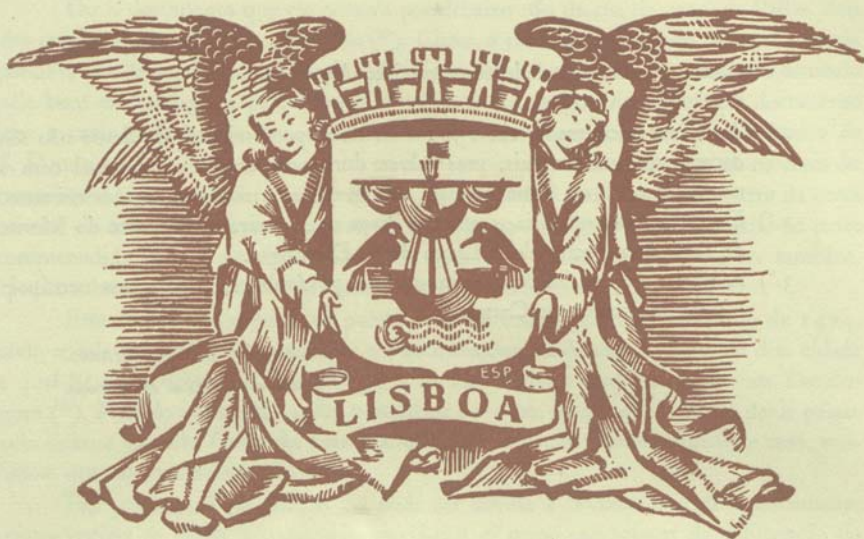
*(Bolseiro do Instituto de Alta Cultura).*



---

<sup>(83)</sup> A fotografia da parede da necrópole romana da Praça da Figueira que ilustra este artigo é da autoria do Sr. Dr. Fernando Bandeira Ferreira. Pela sua cedência, assim como pela sua autorização para utilizarmos neste estudo alguns dos elementos fornecidos pelas escavações que dirigiu, aqui expressamos o nosso vivo reconhecimento.

O Esboço da Localização dos Achados de Ruínas Lusitano-romanas no Subsolo da Praça da Figueira foi desenhado expressamente para este artigo por um dos elementos da equipa que realizou as escavações, o Sr. Eduardo Prescott Vicente. Por essa gentileza lhe ficamos devendo profunda gratidão.



## **O PROGRAMA “ISTO É LISBOA”**

### **NA RADIOTELEVISÃO PORTUGUESA**

No ano de 1961, a Secção de Propaganda e Turismo, dos Serviços Centrais e Culturais da C. M. L., entre muitas outras actividades da maior relevância, com vista à divulgação das belezas, das características e dos progressos da nossa capital, mantém os programas televisionados, exibidos mensalmente sob a rubrica «Isto é Lisboa». Tem a colaboração, sempre atenta e revestida de assistência apropriada, da Radiotelevisão Portuguesa.

«Isto é Lisboa» levou pedaços da cidade a todos os recantos do país, as actividades camarárias dominantes e de interesse geral, os monumentos, os bairros típicos, a história, o pitoresco da capital.

76 De Janeiro a Dezembro, os assuntos divulgados através do programa foram os seguintes: A Torre de Belém, O Mosteiro dos Jerónimos, Bibliotecas Municipais, O Despertar de Lisboa, Alfama, O Parque do Alvito, Espectáculos Municipais, Parque Municipal de Turismo e Campismo, Água de Lisboa, Paleontologia de Lisboa, Curiosidades de Lisboa e As Crianças de Lisboa.



# ÍNDICE GERAL DA "REVISTA MUNICIPAL"

(DO N.º 88 AO 91)

ANO DE 1961

Designação	Números	Páginas
<b>A</b>		
Acontecimentos citadinos .....	88	47
	89	45
	90	55
	91	35
Alfama ( <i>Vide Colóquio Nacional de Turismo</i> )		
Antologia de Lisboa .....	90	75
Apontamentos para a história de uma quinta suburbana .....	90	29
<b>C</b>		
Colóquio Nacional de Turismo .....	88	32
<b>E</b>		
Exposição Nacional de Floricultura (A XI) .....	89	23
Entrada Solene das Relíquias do Santo Condestável na Cidade de Lisboa (A) ..	89	26
	89	91
Edições Municipais de Propaganda e Turismo .....	90	105
	91	87

Designação	Números	Páginas
<b>F</b>		
Freguesia de São Jorge de Arroios da Cidade de Lisboa (A) .....	88	69
<b>G</b>		
Geologia de Lisboa Apontamentos sobre os ciclos evolutivos da formação da Península onde está edificada a cidade-capital .....	90	63
<b>H</b>		
«Hors-texte» .....	88 89 90 91	56-A 30-A 28-A 58-A
<b>I</b>		
Igreja de São Julião e o seu patrono (A) .....	88 89	5 5
Isto é Lisboa (programa na RTP) .....	91	76
Índice Geral .....	91	77
<b>M</b>		
Miradoiros de Lisboa ( <i>Vide Colóquio Nacional de Turismo</i> ) .....	88	41
Município de Lisboa e o fomento do turismo (O) .....	90	18
<b>N</b>		
Nova revelação da Lisboa de oitocentos .....	88	73
Norberto de Araújo—Faleceu há 10 anos .....	91	59
<b>P</b>		
Parque de Turismo e de Campismo de Lisboa .....	89	69
Primeira reportagem sobre Lisboa e arredores (A) .....	89	73
78 Peixe na alimentação da Lisboa seiscentista (O) .....	90	36
Presidente do Município de Lisboa visitou a Alemanha Federal (O) .....	91	5
Problemas da Lisboa Romana .....	91	61



Designação	Números	Páginas
<b>R</b>		
Relíquias e pinturas da Igreja de São Roque .....	88	55
Representação de Lisboa nas celebrações do IV Centenário da elevação de Madrid a capital de Espanha (A) .....	91	8
Restauração da Índia (A) .....	91	30
Recordações de um velho de boa memória (1895 a 1908) .....	91	47
<b>S</b>		
Senado da Câmara e os seus presidentes (O) ( <i>Continuação do n.º 87</i> ) .....	88	22
	89	31
	90	5
	91	10
<b>T</b>		
Turismo e a iluminação artística em Lisboa (O) .....	89	63
<b>V</b>		
Vegetação de Lisboa e os seus Parques e Jardins (A) .....	89	57



# ÍNDICE DOS COLABORADORES

Designação	Números	Páginas
<b>A</b>		
<b>Anacleto — Pedro Garcia</b>		
A Freguesia de São Jorge de Arroios da Cidade de Lisboa .....	88	69
<b>Andrade — Ferreira de</b>	88	22
O Senado da Câmara e os seus presidentes (Continuação) .....	89	31
	90	5
	91	10
<b>C</b>		
<b>Costa — Mário</b>		
A Igreja de São Julião e o seu patrono (Continuação) .....	88	5
	89	5
Do livro «Feira e outros divertimentos populares de Lisboa» .....	90	75
<b>Castelo-Branco — Fernando</b>		
O peixe na alimentação da Lisboa seiscentista .....	90	36
Problemas da Lisboa Romana .....	91	61
<b>D</b>		
<b>David — Aníbal</b>		
Colóquio Nacional de Turismo .....	88	32
<b>E</b>		
<b>Estevam — José</b>		
Relíquias e pinturas da Igreja de São Roque .....	88	55
Restauração da Índia (A) .....	91	30
<b>G</b>		
<b>Garcia — José Pulido</b>		
A vegetação de Lisboa e os seus parques e jardins .....	89	57

Designação	Números	Páginas
<b>M</b>		
<b>Mamede — Carlos A.</b>		
Nova revelação da Lisboa de oitocentos .....	88	73
<b>Martins — Couto</b>		
Alfama .....	88	37
<b>Marques — Pereira</b>		
O Turismo e a iluminação artística em Lisboa .....	89	63
<b>N</b>		
<b>Nunes — Abreu</b>		
Parque de Turismo e de Campismo de Lisboa .....	89	69
<b>P</b>		
<b>Pires — Mário</b>		
A primeira reportagem sobre Lisboa e arredores .....	89	73
Geologia de Lisboa .....	90	63
<b>S</b>		
<b>Sousa — J. M. Cordeiro de</b>		
Apontamentos para a história de uma quinta suburbana .....	90	29
<b>V</b>		
<b>Vidal — João Pina</b>		
Miradoiros de Lisboa .....	88	41
O Município de Lisboa e o fomento do turismo .....	90	18
<b>Vilhena — João Jardim</b>		
Recordações de um velho de boa memória .....	91	47



# ÍNDICE DAS GRAVURAS

Designação	Números	Páginas
<b>A</b>		
<b>Acontecimentos cívicos</b>		
Carros-biblioteca (2 aspectos) .....	88	47
Inauguração do refeitório do pessoal dos Serviços Técnico-Especiais .....	88	48
Cumprimentos dos alunos universitários brasileiros .....	88	48
Recepção nos Paços do Concelho aos participantes do Colóquio Nacional de Turismo .....	88	40
Cumprimentos do «Alcalde» de Gerez de la Frontera .....	88	49
O «Dia de São Vicente» em Lisboa .....	88	50
Recepção na Estufa Fria aos participantes da semana de enfermagem .....	88	50
Espectáculos de teatro promovidos pela Câmara Municipal de Lisboa (2 aspectos) .....	88	51
Concertos sinfónicos no Pavilhão dos Desportos .....	88	52
Inauguração da cantina do Matadouro-Frigorífico .....	88	52
Recepção ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de Espanha (2 aspectos) .....	88	53
Cumprimentos dos filiados da Mocidade Portuguesa de Luanda (2 aspectos) .....	88	54
Almoço oferecido pela vereação ao presidente e vice-presidente do Município de Lisboa, no Castelo de São Jorge .....	88	54
Recepção oferecida ao Mayor de Londres (5 aspectos) .....	89	46
Cumprimentos da delegação militar de Marrocos que participou no campeonato militar de futebol .....	89	48
Entidades dinamarquesas apresentam cumprimentos à edilidade lisboeta .....	89	48
O presidente do Conselho Municipal de Paris cumprimenta o presidente da Câmara de Lisboa .....	89	48
Visita de Sua Ex. <sup>ma</sup> o Chefe do Estado e Presidente do Conselho à XI Exposição Nacional de Floricultura (3 aspectos) .....	89	49
Posse do Sr. Dr. Morgado Romeiras do cargo de Director dos Serviços de Abastecimento .....	89	50
Posse do Sr. Dr. Almeida Amaral do cargo de chefe de repartição .....	89	50
Membros da «City Livery Club» cumprimentam a presidência da Câmara .....	89	51
Sua Ex. <sup>a</sup> o Chefe do Estado assiste no Cinema Império à exibição de filmes municipais .....	89	51
Cerimónia de entrega dos machados aos recrutas do Batalhão de Sapadores Bombeiros .....	89	52
Retribuição de cumprimentos do presidente da Câmara Municipal de Lisboa aos presidentes das Câmaras Municipais do distrito de Lisboa .....	89	52
Homenagem a Camões .....	89	52

Designação	Números	Páginas
Inauguração do I Salão de Arte e Artesanato dos Funcionários Municipais (2 aspectos) .....	89	55
Casamentos das noivas de Santo António .....	89	55
«Te Deum» na Igreja de Santo António da Sé .....	89	54
Procissão de Santo António .....	89	54
Cumprimentos dos luso-americanos à presidência da Câmara de Lisboa .....	89	55
Inauguração dos Grupos Escolares de Santa Quitéria e da Madre de Deus .....	89	55
Cumprimentos dos trabalhadores espanhóis ao presidente da Câmara Municipal de Lisboa .....	89	55
Entrega de obras sinfónicas sobre motivos de Lisboa (4 aspectos) .....	90	54/55
Inauguração do Parque Municipal de Turismo e Campismo, em Monsanto (3 aspectos) .....	90	56
Inauguração do Pavilhão Municipal na Feira Popular de Lisboa (3 aspectos) .....	90	57
Espectáculos municipais (4 aspectos) .....	90	58/59
Descerramento das placas toponímicas na Rua Piloto João Nascimento Costa e na Rua Eng. <sup>o</sup> Maciel Chaves .....	90	59/60
Concerto sinfónico no Coliseu dos Recreios .....	90	60
Cumprimentos de entidades espanholas ao presidente França Borges (2 aspectos) .....	90	61
Recepção na Estufa Fria aos componentes dos Congressos do Direito Penal e do XIII Internacional do Linho e do Cânhamo (2 aspectos) .....	90	62
Visita de S. Ex. <sup>a</sup> o Presidente da República e do Ministro do Interior à Exposição Nacional de Floricultura (2 aspectos) .....	91	34
Concertos sinfónicos no Pavilhão dos Desportos (2 aspectos) .....	91	35
Condecorações municipais (12 aspectos) .....	91	36, 37, 38, 39, 40
Inauguração das novas instalações do refeitório dos Paços do Concelho (2 aspectos) .....	91	56/40
Entrega de Bibliotecas a Instituições de Cultura e Recreio .....	91	39
As relíquias de S. Francisco Xavier na Câmara Municipal de Lisboa (2 aspectos) .....	91	41
A Exposição de Floricultura (3 aspectos) .....	91	42
Largada de novos cisnes nos lagos da capital .....	91	43
Os jardineiros da cidade (2 aspectos) .....	91	43
Espectáculos municipais (3 aspectos) .....	91	44
Posse da Comissão Consultiva Municipal de Turismo .....	91	45
Posse do eng. <sup>o</sup> Ciro de Oliveira Pinto e Abreu Nunes dos cargos de director e chefe de repartição dos Serviços de Urbanização e Obras (2 aspectos) .....	91	45
Homenagem ao vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa (3 aspectos) .....	91	46
Alfama .....	90	5
	91	3
<b>B</b>		
Busto escultural de São Julião .....	88	14-A
<b>D</b>		
Documentos arqueológicos (7 aspectos) .....	90	67 e 70
<b>F</b>		
Fósseis (4 aspectos) .....	89	74-A e 74-B
Feira Franca em Lisboa de 1898 .....	90	84

Designação	Números	Páginas
<b>I</b>		
Igreja de São Julião .....	88	16-B
Igreja da Luz — «Hors-Texte» (Alçado lateral da capela-mor) .....	88	36-A
Igreja de São Julião (19 aspectos) .....	89	8-A, 8-B, 12-A, 12-B, 14-A, 14-B, 18-A, 18-B, 20-A e 20-B
<b>L</b>		
Largo do Pelourinho (O) .....	88	16-B
<b>N</b>		
Norberto de Araújo .....	91	59
<b>P</b>		
Palácio de Sintra — «Hors-Texte» .....	91	58-A
Panorama de Lisboa — «Hors-Texte» .....	89	30-A
Planta do Parque Municipal de Turismo e Campismo .....	90	20-A
Parque Municipal de Turismo e Campismo (6 aspectos) .....	90	25-26
Praça da Ribeira (A) (painel seiscentista) .....	90	43
Passeio Público (O) (3 aspectos) .....	90	85/84
<b>Q</b>		
Quinta de Nossa Senhora do Carmo (A) (6 aspectos) .....	90	29, 31 e 32
<b>R</b>		
Recepção na Câmara Municipal de Schöneberg .....	91	5/6
Ruínas arqueológicas (4 aspectos) .....	91	69, 70 e 72
<b>S</b>		
Santa Bazaliza .....	88	16-A <b>85</b>
São Julião .....	88	14-B
São Julião e Santa Bazaliza .....	88	8-A

Designação	Números	Páginas
<b>T</b>		
Torre de Belém — Aspecto da .....	88	3
Torre de Belém na entrada do Tejo — «Hors-Texte» .....	90	28-A
<b>V</b>		
Vista de Olisipo (Uma) .....	88	8-B
Vista de Lisboa no século XVI .....	88	8-B
Vista de Lisboa .....	89	3
Vista de Lisboa à noite .....	89	63



# EDIÇÕES MUNICIPAIS DE PROPAGANDA E TURISMO

ALBUM DE POSTAIS COLORIDOS: «CAIS E RIO», «CASTELO DE S. JORGE», «ESTUFA FRIA», «JARDINS DE LISBOA», «LISBOA MODERNA», «LISBOA PITORESCA», «MIRADOUROS DE LISBOA», «MUSEU DA CIDADE» E «PARQUE FLORESTAL DE MONSANTO»

ANAIS DO MUNICIPIO

ARCOS DE LISBOA  
GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA

ESCULTURAS DE LISBOA  
FERNANDO CASTELO-BRANCO

IGREJAS DE LISBOA  
MATOS SEQUEIRA

JANELAS DE LISBOA  
MANUEL VAZ FERREIRA DE ANDRADE

LISBOA  
LUIS TEIXEIRA

MUSEUS DE LISBOA  
FERNANDO CASTELO-BRANCO

POSTAIS «COSTUMES DE LISBOA»  
DESENHOS DE LINO ANTÓNIO

REVISTA MUNICIPAL

NO PRELO:

CHAFARIZES DE LISBOA  
LUIS CHAVES

GUIA TURISTICO DE LISBOA

MONUMENTOS DE LISBOA  
QUÁDROS FERRO

O CASTELO DE S. JORGE  
COSTA GARCEZ

PORTAS E BRASOES DE LISBOA  
LUIS FERROS PONCE DE LEÃO





REPUBLICA  
DE PORTUGAL  
CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DECRETO Nº 11.000, DE 11 DE ABRIL DE 1954, QUE  
ESTABELECE O REGIME JURIDICO DO SERVIDOR  
PUBLICO MUNICIPAL DE LISBOA, COM O TITULO DE  
SERVIDOR DE ALTA CATEGORIA, E O REGIME DO SERVIDOR

CONVENCIM-OS EM  
DE 1954

ACTUAL DO MUNICIPIO  
CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA

LEI Nº 11.000, DE 11 DE ABRIL DE 1954,  
QUE ESTABELECE O REGIME JURIDICO DO SERVIDOR

MUNICIPAL DE LISBOA,  
COM O TITULO DE SERVIDOR DE ALTA CATEGORIA,

COMPOSTO E IMPRESSO  
NAS OFICINAS GRAFICAS  
DA CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA

LEI Nº 11.000, DE 11 DE ABRIL DE 1954,  
QUE ESTABELECE O REGIME JURIDICO DO SERVIDOR

MUNICIPAL DE LISBOA,  
COM O TITULO DE SERVIDOR DE ALTA CATEGORIA,

LEI Nº 11.000, DE 11 DE ABRIL DE 1954,  
QUE ESTABELECE O REGIME JURIDICO DO SERVIDOR

MUNICIPAL DE LISBOA, COM O TITULO DE  
SERVIDOR DE ALTA CATEGORIA, E O REGIME DO SERVIDOR

CONVENCIM-OS EM  
DE 1954

ACTUAL DO MUNICIPIO  
CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA

LEI Nº 11.000, DE 11 DE ABRIL DE 1954,  
QUE ESTABELECE O REGIME JURIDICO DO SERVIDOR

MUNICIPAL DE LISBOA, COM O TITULO DE  
SERVIDOR DE ALTA CATEGORIA, E O REGIME DO SERVIDOR

CONVENCIM-OS EM  
DE 1954

ACTUAL DO MUNICIPIO  
CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA

LEI Nº 11.000, DE 11 DE ABRIL DE 1954,  
QUE ESTABELECE O REGIME JURIDICO DO SERVIDOR

